



Oi S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 – Mensagem aos Acionistas

O Plano Estratégico, anunciado em julho de 2019, visa terminar 2021 com 16 milhões de casas passadas (FTTH). Com esse movimento, a Companhia se fortalece e se posiciona para ser um provedor de serviços de infraestrutura e integrador de soluções, possibilitando a adoção da tecnologia 5G, ainda não foi regulamentada no país, e outras soluções de digitais como a Internet das Coisas (IoT). A Companhia segue firme com a execução do Plano Estratégico e confiante na execução dos investimentos planejados para o ano de 2020.

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”) manteve em 2019 sua atuação em frentes estruturantes e aprofundou seus esforços para a melhoria da Companhia. A Companhia continuou focada em melhoria de qualidade, transformação digital, controle de custos, gestão do caixa e aceleração dos investimentos em Fibra, direcionando esforços para a retomada comercial e a modernização da rede. Além disso, a Oi tem cumprido os compromissos previstos no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), aprovado em dezembro de 2017 (“PRJ” ou “Plano”).

A Companhia deu sequência ao consistente avanço nos seus indicadores de qualidade, como a redução das reclamações na ANATEL e do número de processos nos Juizados Especiais Cíveis. Por meio da digitalização, a Oi continuou avançando também na otimização de processos internos e no aprimoramento da jornada do cliente. A Companhia lançou produtos inovadores que melhoraram a experiência dos usuários, como funcionalidades inéditas de produtos de telefonia móvel e TV por assinatura. Ofertas com mais dados, conteúdo, autonomia e transparência.

Em 2019, a reestruturação da Companhia e o reposicionamento de serviços foi ampliado a partir dos recursos disponibilizados pela conclusão do aumento de capital no valor de R\$ 4 bilhões, previsto no Plano de Recuperação Judicial. Os recursos foram utilizados em frentes estratégicas como fibra ótica e rede 4,5G. O investimento incremental foi direcionado para extensão da oferta de banda larga de alta velocidade e da cobertura móvel. A Companhia termina o ano com aproximadamente 4,6 milhões de casas passadas (FTTH) e 675 mil casas conectadas.

Entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, diversos eventos de liquidez foram concretizados, entre eles: A emissões de Debêntures pela Oi Móvel, venda de imóveis, o anúncio da distribuição do superávit para o plano PBS-A (SISTEL), e a transferência da integralidade das ações de emissão da *holding* portuguesa PT Ventures (Unitel). Em vista destes eventos de liquidez, em fevereiro, a ANATEL suspendeu o acompanhamento econômico efetuado com base no Acórdão nº 226, de 3 de maio de 2019.

A Companhia monitora atentamente os impactos do novo Coronavírus (COVID-19) sobre a atividade econômica e os mercados de capitais mundiais. Além das questões básicas humanitárias e de saúde da população mundial, o avanço do COVID-19 se traduz em aumento contínuo dos riscos de uma recessão econômica global, o que tem levado a um incremento do câmbio e deterioração das bolsas e demais mercados financeiros em todo mundo. A Oi adotou medidas em várias esferas para garantir a conectividade e qualidade dos serviços de informação e comunicação oferecidos à sociedade. Todas as ações estão sendo reavaliadas diariamente por um comitê de acompanhamento multidisciplinar da Companhia, assim como alinhadas com as demais empresas do setor e o órgão regulador, em ação integrada que possibilite amplo alcance.

No que tange as operações, até o momento, a Companhia não identificou impactos materiais relacionados ao COVID-19. A Companhia está tomando todas as medidas preventivas de proteção de seus equipes técnicas e orientando os profissionais quanto aos procedimentos de higienização, inclusive nas atividades realizadas em visita a clientes, conforme recomendações das autoridades sanitárias.

A evolução do surto continua, o que dificulta a previsão da extensão dos seus efeitos na economia global, e, consequentemente, sobre o negócio da Companhia. Neste contexto, a Oi segue avaliando continuamente os impactos em suas operações e situação financeira. Sempre pronta para colaborar com a mitigação dos efeitos desta crise, atenta às necessidades de seus clientes, profissionais e sociedade de maneira geral. Vide mais informações na Nota 33 – Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras.

2 – Conjuntura Econômica

Cenário doméstico

O ano de 2019 foi o primeiro do novo governo. Marcado por controvérsias em algumas frentes, apresentou alguma evolução na agenda econômica, com destaque para a Reforma da Previdência. Após o pacto pró reforma entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em maio, a aprovação do texto final evoluiu mais rapidamente nas Comissões e na Câmara, de modo que o texto final foi aprovado pelo Senado em outubro, com economia prevista próxima a R\$ 750 bilhões em 10 anos. A agenda pós previdência trouxe algumas reformas microeconômicas (FGTS, por exemplo), muito embora sem efeitos relevantes na recuperação da economia. A atividade econômica segue em processo gradual de crescimento. O PIB do ano de 2019 foi de 1,1%, em linha com os anos anteriores.

Os avanços e retrocessos na aprovação e nos impactos da Reforma da Previdência ao longo do primeiro semestre de 2019, bem como as tensões comerciais entre Estados Unidos e China, deram o tom de volatilidade do cenário cambial ao longo do ano. Após atingir mínimas absolutas de R\$ 3,6519 ao final de janeiro, o Dólar buscou máximas de R\$ 4,1056 em maio, dando uma trégua até julho, quando retomou processo de desvalorização. A máxima do ano foi registrada em novembro, de R\$ 4,2602, e a cotação de encerramento, R\$ 4,0307, representou desvalorização de 4,02%, em 2019.

Por sua vez, a volatilidade cambial não trouxe impactos nos preços da economia, que permaneceram sob controle ao longo de todo o ano. A inflação medida pelo IPCA encerrou o ano a 4,31%, ligeiramente acima do centro da meta de 4,25% por pressões pontuais no segmento de carnes. Expectativas de inflação ancoradas, aliadas à recuperação lenta da atividade econômica foram base para a continuidade da redução da taxa de juros pelo Banco Central do Brasil. Após fechar 2018 a 6,5%, o COPOM reduziu a taxa Selic em 200bps em 2019, que encerrou o ano a 4,5%.

Cenário internacional

Como parte do balanço de riscos ao cenário esperado, o cenário externo permaneceu como um importante componente, principalmente pelo potencial impacto desfavorável das tensões comerciais entre Estados Unidos e China, o que os bancos centrais mundiais buscaram combater com um movimento coordenado de afrouxamento monetário. Após mais de uma década, o Fed (*Federal Reserve*) voltou a reduzir taxas e o Banco Central Europeu promoveu redução de juros, já negativos.

Outros fatos marcaram a economia internacional em 2019, tais como a aproximação do momento de decisão em relação ao Brexit, à crise política na Itália, além dos ataques a plataformas de petróleo na Arábia Saudita e o acirramento do conflito com o Irã, também contribuíram para o aumento da incerteza no ano, tendo como principal consequência a redução do investimento em escala global.

Expectativas para 2020

Espera-se que 2020 seja um ano ainda mais conturbado que o de 2019, na esteira dos acontecimentos que se iniciaram com o rápido crescimento dos casos de coronavírus fora da China, gerando aumento de aversão ao risco, deterioração acentuada nos mercados e risco de recessão global frente aos efeitos de uma pandemia. Medidas coordenadas dos governos mundiais e bancos centrais para amenizar os impactos econômicos desta crise podem contribuir para uma redução do *stress* nos mercados. No Brasil, as atenções também estarão voltadas na adoção de medidas emergenciais para combater os efeitos negativos do coronavírus sobre alguns setores da economia, principalmente o de serviços. O Banco Central também já sinalizou que poderão ocorrer novos cortes de juros. A continuidade da agenda de reformas também é vista como uma resposta importante à crise. Em relação ao PIB, as repercussões sobre os impactos do novo vírus pesam nas projeções do crescimento da economia brasileira, com analistas reduzindo suas projeções, antes superiores a 2,0% em 2020. Em suma, os riscos continuam elevados e torna-se fundamental ações coordenadas dos governos para mitigar os impactos desta epidemia sobre a economia mundial.

3 - O Setor de Telecomunicações no Brasil em 2019

Segundo a ANATEL, no final de dezembro de 2019, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou 308,5 milhões, representado por 33,4 milhões de linhas fixas em serviço, 226,7 milhões de usuários móveis, 32,6 milhões de acessos de internet em banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM) e 15,8 milhões de usuários de TV por assinatura. A queda de 2,5% que corresponde a 70 milhões de acessos em relação à 2018 foi motivada principalmente pelas expressivas desconexões de 12,5 milhões de acessos do pré-pago no segmento de mobilidade, em função da contínua queda das tarifas de interconexão e do crescimento do uso de aplicativos como *WhatsApp*, que reduziram os incentivos para que os clientes utilizem múltiplos *chips*.

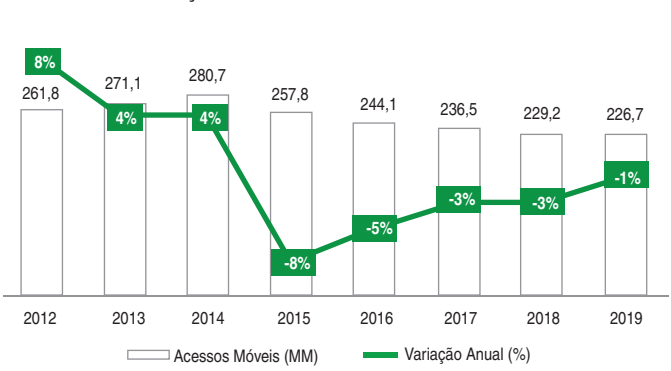
Telefonia Fixa

O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu, em dezembro de 2019, 33,4 milhões de linhas em serviço, segundo os dados da ANATEL, com a redução de 10,6% sobre dez/18. Este encontra-se maduro, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel e para dados. As concessionárias de telefonia fixa representavam 54,1% do total dos acessos fixos em serviço em 2019.

Telefonia Móvel

Com 226,7 milhões de usuários em dezembro de 2019 e teledensidade de 96,9% sobre a população (considera somente acessos do tipo “Padrão”, não considerando em seu cômputo acessos do tipo “Ponto de Serviço” e “M2M”). As desconexões líquidas em 2019 somaram 2,5 milhões de usuários, refletindo recuo de 1,1% em relação ao ano anterior. O pré-pago representou 51,6% do total de usuários móveis em dezembro de 2019 (56,5% em 2018), enquanto no pós-pago os usuários representaram 48,4% do total da base móvel.

Evolução do Mercado de Telefonia Móvel



Banda Larga Fixa (SCM)

Segundo os dados da ANATEL, o mercado de acesso à internet através da banda larga fixa (SCM) manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2019. Ao final de 2019, a base de usuários atingiu 32,6 milhões de acessos, revelando crescimento de 4,3% frente a 2018, o que representou 1,32 milhão de novos usuários.

TV por Assinatura

Em 2019, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou uma queda de 1,7 milhão, uma variação negativa de 9,9% no 2019 (negativa de 3,0% em 2018). Ao fim de dezembro de 2019, os acessos de TV por assinatura totalizaram 15,8 milhões de assinantes. A taxa de penetração relativamente ao total de domicílios atingiu 22,7% (25,3% em 2018), reforçando a queda da categoria.

• Os acessos através da tecnologia DTH (*Direct to Home*) foram responsáveis por 51,0% dos usuários (perda de base anual do mercado), seguido pela tecnologia a cabo, com 43,3%. A tecnologia FTTH representa 6% dos acessos, com crescimento de 47% em relação a 2018.

• Contratos de Concessão, PGMU e instrumentos relacionados

A ANATEL lançou em 2013 uma Consulta Pública com perguntas à sociedade sobre temas relevantes para avaliação do ambiente econômico e regulatório do STFC a fim de recolher subsídios à revisão dos Contratos de Concessão para o período 2016 a 2020, cujo encerramento ocorreu em 31/01/14. Em junho de 2014 houve uma nova Consulta Pública, para tratar especificamente da revisão dos Contratos de Concessão propriamente ditos, cujo prazo para contribuições terminou em 26/12/14, devendo ocorrer ainda a revisão das metas de Universalização (também colocado em Consulta Pública) e de Qualidade do STFC (que entrou em Consulta Pública em novembro de 2017). A assinatura dos novos termos dos contratos de concessão, prevista inicialmente para o final do ano de 2015, foi prorrogada para o dia 30 de junho de 2017 e, posteriormente, foi descartada pela ANATEL, permanecendo o texto do Contrato o mesmo até a próxima revisão em 2020 ou uma possível alteração legislativa que modifique o modelo vigente.

Nesse sentido, em 3 de outubro de 2019 foi publicada a Lei nº 13.879, que altera a Lei Geral de Telecomunicações para permitir a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização. Em decorrência de tal Lei, a ANATEL publicou em 11 de fevereiro de 2020 a Consulta Pública nº 5/2020 que traz a minuta do Regulamento de Adaptação (tendo como anexos o Termo Único de Autorização e a Metodologia de Cálculo dos Saldos de Adaptação). A Consulta Pública se encontra aberta e com prazo para comentários até 27 de março de 2020.

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado no Diário Oficial o Decreto nº 9.619/2018 que aprova o novo Plano Geral de Metas de Universalização do Serviço Fio Computado prestado no Regime Público – PGMU. O Decreto atualiza as metas de universalização das concessionárias de STFC.

No novo documento a principal alteração diz respeito à troca das obrigações de densidade e distanciamento de Terminais de Uso Público - TUP pela obrigação de implementação de sistemas de acesso fixo sem fio com suporte de acesso à banda larga em localidades definidas pelo Decreto.

• Agenda Regulatória ANATEL para o biênio 2019-2020

A Agenda Regulatória 2019-2020, aprovada pela Portaria nº 542, de 26 de março de 2019, contém todas as ações de normatização a serem conduzidas pela ANATEL no período de referência. Com as atualizações realizadas por meio da Portaria nº 1371, de 30 de julho de 2019 e da portaria nº 1824, de 9 de Setembro de 2019, a Agenda Regulatória 2019-2020, que originalmente continha 48 itens, passou a ter 50 itens, sendo 18 novas iniciativas e 32 iniciativas em continuações da Agenda do biênio anterior. Entre os principais itens, destacam-se:

Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações: (i) PGO, Termo de Autorização Único e Temas relevantes para alteração da legislação de telecomunicações; e (ii) regulamento de adaptação (ação 1)

A Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme Lei Geral de Telecomunicações, considera, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização, permissão), a reversibilidade de bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Publicado para Consulta Pública em 11 de fevereiro de 2020 e com prazo para comentários até 27 de março de 2020.

Edital de Licitação para disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações, inclusive por meio de redes ditas de quinta geração (5G), em áreas de abrangência regionais ou nacional (ação 3)

O Edital de Licitação para autorização de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas, especialmente as faixas de 700 MHz, 2,3 GHz e 3,5 GHz, bem como outras faixas de radiofrequências do SMP disponíveis ou que estejam próximas de seu vencimento, visa ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados, disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada, especialmente para redes com tecnologia dita de quinta geração (5G). Já aprovada pelo Conselho Diretor da ANATEL, a publicar a Consulta Pública, com prazo inicial de 45 dias.

Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis (ação 5)

A Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis, atualmente regida pela Resolução nº 447, visa aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à anuência prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desvinculação de bens reversíveis. A proposta de alteração, que está em Consulta Pública até 27 de abril de 2020, propõe uma nova forma de controle e melhor organização da relação de bens reversíveis e da lista de serviços prestados por terceiros. Propõe ainda as regras sobre a indenização de bens reversíveis, bem como os princípios para que se estabeleça as condições necessárias para análise dos pedidos de indenização de bens reversíveis não amortizados durante a vigência da concessão.

Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Computado – STFC e das metas do Plano Geral de Metas para a Universalização – PGMU (ação 8)

A Cláusula 3.2 dos modelos vigentes prevê que tais contratos poderão ser alterados em 31 de dezembro de 2020 para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época. A Consulta estava prevista para o primeiro semestre de 2019, mas o processo se encontra atrasado.

Reavaliação da regulamentação sobre direito dos consumidores de serviços de telecomunicações (ação 9)

Reavaliação da regulamentação sobre direitos dos consumidores dos serviços de telecomunicações, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, visando analisar pontos do regulamento que foram apontados como problemas ao longo de sua implantação, conforme documentação do Grupo de Implementação do Regulamento – GIRGC, bem como demais temas que venham a ser identificados como passíveis de aprimoramento pela equipe de projeto, mantendo a segurança jurídica e os avanços já conquistados na citada regulamentação, mas tornando-a mais efetiva e coerente. A Consulta estava prevista para o segundo semestre de 2019, mas o processo se encontra atrasado.

Reavaliação do modelo de gestão de qualidade de serviços de telecomunicações (ação 11)

Em 26 de dezembro de 2019 entrou em vigência o Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações – RQUAL, que estabeleceu o novo modelo de gestão da qualidade bem como determinou a revogação parcial imediata dos regimentos anteriores - RGQs (STFC, SCM e SMP) e PGMQ (TV/SeAC). O novo modelo, baseado na regulação responsiva e empoderamento do consumidor, determina que as prestadoras passarão a ser avaliadas com base em três índices (simplicificação regulatória): Qualidade do Serviço (IQS), Qualidade Percebida (IQP) e Reclamações dos Usuários (IR). Anualmente serão atribuídos Selos de Qualidade, com notas que variam entre “A” (para as de melhor desempenho) e “E” (para as de resultados insatisfatórios) com granularidade municipal, estadual e nacional. O eventual rebaixamento de uma prestadora para as categorias de “D” e “E” possibilitará a quebra de contrato pelo consumidor, sem pagamento de multa pelo tempo de permanência. O RQUAL ainda prevê a substituição das regras de sancionamento automático (multas por descumprimentos das metas), pela adoção de medidas específicas e adequadas ao caso concreto, com intuito de garantir o aprimoramento dos padrões de qualidade, bem como estabelece parâmetro para comprovar nível de qualidade na prestação da banda larga fixa possibilitando o cancelamento do contrato sem pagamento de multa. Deverá ser criado Grupo Técnico da Qualidade (GTQUAL), com a participação das prestadoras, ANATEL e Entidade de Suporte à Afirmação da Qualidade (ESAQ), com objetivo de elaborar o Manual Operacional (MOP), o qual serão estabelecidos os parâmetros técnicos, regras e diretrizes para composição dos indicadores e índices, os critérios de interrupções do serviço e ressarcimento aos usuários impactados, previsto para segundo semestre/2020. O Conselho Diretor da ANATEL aprovou o documento determinando os valores de referência (DVR), no qual constará a forma de consolidação dos índices, os métodos e critérios para atribuição do Selo de Qualidade, com previsão de entrada em vigor em 2021.

4 - Perfil da Empresa

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços integrados em telecomunicações no Brasil, reunindo aproximadamente 53,4 milhões de Linhas Geradoras de Receita (“UGR”) ao fim de 2019. A Companhia atua em todo o território nacional e oferece uma variedade de produtos de telecomunicações integrados que incluem telefonia fixa e móvel, uso de redes (interconexão), transmissão de dados (inclusive banda larga) e televisão paga (oferecidos também através de pacotes *double-play*, *triple-play* e *quadruple-play*), serviços de internet e outros serviços de telecomunicações, para clientes residenciais, empresas e órgãos governamentais. A Companhia conta com aproximadamente 378,6 mil km de fibra ótica instalada, detendo o maior *backbone* do Brasil. Além disso, a sua cobertura móvel abrange aproximadamente 94% da população urbana brasileira. A Companhia possui, aproximadamente, 16,2% do *market share* em telefonia móvel e cerca de 30,6% em telefonia fixa. A Companhia disponibiliza, ainda, como parte de suas ofertas convergentes, aproximadamente 2 milhões de *hotspots wi-fi*.

5 – Estratégia da Companhia e Novos Negócios

Em 2019, anunciamos o Plano Estratégico de Transformação da Companhia com quatro pilares:

• avanço da fibra ótica considerando a infraestrutura sem equivalente no mercado essencial para a implantação do 5G;

• simplicificação e eficiência operacional, com melhoria da performance operacional e financeira, através de modelo de negócio sustentável, focado em suas vantagens competitivas;

• venda de ativos não essenciais; e

• construção de *funding* para os investimentos necessários.

Para garantir a operação sustentável e o rigoroso controle de custos, várias ações em diferentes frentes já vêm sendo realizadas, como aumento significativo dos níveis de digitalização, a contínua revisão e otimização de processos e a readequação de foco operacional nas áreas que representam o futuro da Companhia.

Em dezembro, o serviço Oi Fibra, lançado há cerca de um ano, superou a marca de 670 mil clientes e expandiu sua oferta para 86 cidades, em todas as regiões do país. A velocidade de implantação está acima do previsto e até abril de 2020 a expectativa é alcançar 130 cidades. O plano prevê 16 milhões de casas passadas com fibra até o final de 2021. O centro da estratégia de investimentos é a aceleração dos projetos de fibra ótica, que possibilitam um grande crescimento das operações de banda larga residencial, e que dão sustentação também para as atividades no mercado B2B, no atacado e na manutenção de bom desempenho no mercado móvel, onde a Companhia está focada na reutilização de frequências e na expansão da sua capacidade em áreas prioritárias.

A Companhia manteve a previsão estimada do Capex, em 2019, mas também fez uma pequena antecipação, chegando a R\$ 74 bilhões em dezembro e prevê a manutenção dos níveis previstos de investimentos para 2020, que deverá ser da ordem de R\$ 77 bilhões. A Companhia tem confiança que a estratégia de vendas de ativos *non-core* e a captação de recursos adicionais, além do foco na eficiência operacional, irão garantir os recursos suficientes para financiar o Capex como planejado.

No final do ano passado, a Oi fez emissão de debêntures simples (não conversíveis em ações) para colocação privada no valor total de até R\$ 2,5 bilhões, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Esta operação foi concluída em fevereiro de 2020.

Novos Negócios

Em 2019, a Oi continuou o seu comprometimento com o desenvolvimento de iniciativas ligadas à inovação, P&D e Novos Negócios. A partir do contínuo investimento em projetos inovadores, a Companhia segue sua atuação junto aos parceiros do seu ecossistema de inovação para a exploração de oportunidades de negócios ligadas a verticais de elevado potencial de desenvolvimento. Os principais temas envolvidos são ligados ao seu *core business* e também à aplicações de Tecnologia e Digitalização, tais como Geolocalização, Marketing Digital, Big Data, IoT e Segurança.

6 – Recuperação Judicial

Em 8 de janeiro de 2018, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação Judicial”) proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial à Companhia e das suas subsidiárias Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”), Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (todas em conjunto, as “Empresas Oi”). A referida decisão foi publicada em 5 de fevereiro de 2018 (“Homologação do PRJ”), iniciando-se o prazo para que os credores das Empresas Oi pudessem escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no PRJ, o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018, exceto para detentores de *bonds*, cujo prazo foi estendido até o dia 8 de março conforme decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 26 de fevereiro de 2018.

Recuperação Judicial – Aprovação de Novo PGMU

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que revogou o Decreto nº 7512/2011 e aprovou um novo PGMU, aplicável ao período de sua publicação até que outro PGMU venha a substituí-lo. Para maiores informações acerca do Novo PGMU, vide informações na Nota 1 das Demonstrações Financeiras no item de “Recuperação Judicial”.

Recuperação Judicial – Aumento de Capital Novos Recursos

Ao longo de 2018, foram tomadas as medidas necessárias para a emissão privada de novas ações ordinárias, no valor de R\$ 4 bilhões, na forma prevista na Cláusula 6 do Plano (“Aumento de Capital - Novos Recursos”), tendo sido emitidas em 26 de outubro de 2018 112.598.610 ações ordinárias (“Ações Ordinárias”) e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus dentro do prazo determinado.

Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia confirmou a emissão de 3.314.745 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 4 de dezembro de 2018 até o dia 2 de janeiro de 2019, inclusive Bônus de Subscrição representados por 55.197 ADWs exercidos a partir do dia 28 de novembro de 2018 até o dia 26 de dezembro de 2018.

Os Bônus de Subscrição não exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, e os ADWs não exercidos até 26 de dezembro de 2018, inclusive, expiraram e não podem mais ser exercidos, tendo sido concluído o Aumento de Capital – Novos Recursos em 25 de janeiro de 2019.

Prorrogação da Recuperação Judicial

Em 6 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial petição requerendo que a supervisão judicial das Empresas Oi não seja encerrada em 4 de fevereiro de 2020, data que a homologação do Plano completa dois anos. A medida de não encerramento da supervisão judicial não traz mudanças para a situação atual das Empresas Oi e não tem impacto quanto ao cumprimento do Plano em vigor, nem em relação a créditos correntes e tampouco sobre eventuais novos recursos que vierem a ser acessados pelas Empresas Oi. Vale destacar que a continuidade de supervisão judicial ao fim do período de dois anos é uma medida natural que tem sido aplicada na maior parte dos processos de recuperação judicial.

Não obstante o bom andamento da implementação do Plano, que já concluiu grande parte das etapas estabelecidas no processo e que foram importantes para a recuperação da Companhia, o requerimento apresenta ao Juízo da Recuperação Judicial circunstâncias relacionadas à complexidade e magnitude inerentes ao seu Processo de Recuperação Judicial e às reformas em curso no ambiente jurídico-regulatório, e que exigem providências ainda a serem implementadas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, nesta mesma data, as Empresas Oi protocolaram, perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores (“Nova AGC”), um aditamento ao Plano objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu plano estratégico de transformação (“Plano Estratégico”), ambos já amplamente divulgados ao mercado.

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante, informando que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da Companhia para a realização de Nova AGC para deliberação acerca de um aditamento ao Plano, estabelecendo que:

(i) as Empresas Oi apresentem em juízo, no prazo de 180 dias contados da publicação da decisão, a proposta de aditamento ao PRJ; e

(ii) o Administrador Judicial organize a Nova AGC, que deverá ocorrer no prazo de 60 dias contados da apresentação da proposta de aditamento ao PRJ.

Nesse sentido, tendo em vista que a decisão acima foi publicada em 11 de março de 2020, a Companhia deverá apresentar ao juízo o aditamento ao PRJ até 8 de setembro de 2020, tendo a Nova AGC previsão de ocorrer em 6 de novembro de 2020.

A proposta de aditamento ao Plano terá o objetivo de dar maior flexibilidade ao mesmo, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando à maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus *stakeholders*. Este movimento está completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência.

Financiamento Extraconcurral – Cláusula 5.3 do Plano de Recuperação Judicial

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada Oi Móvel celebrou escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com

garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2,5 bilhões (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente). A Emissão e as Debêntures têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: variação do Dólar norte-americano acrescida de juros de (i) 12,66% ao ano (PIK) durante os primeiros doze meses contados da primeira integralização; e (ii) 13,61% ao ano, a partir de então; e (iii) Garantias: as Debêntures contarão com garantias reais e fidejussórias prestadas pela Oi Móvel, pela Companhia e por sua controlada Telemar.

A Emissão foi aprovada com fundamento no que prevê a Cláusula 5.3 do Plano de Recuperação Judicial e está inserida no contexto de um financiamento extraconcurral, na modalidade *Debtor in Possession Financing (DIP Financing)*.

Dando continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, em 4 de fevereiro de 2020, informando aos acionistas e mercado em geral da conclusão da subscrição e integralização da Emissão da Oi Móvel, destacada acima, para colocação privada no valor de R\$ 2,5 bilhões.

7 – Desempenho Operacional

A Companhia encerrou 2019 com 53.428 mil de unidades geradoras de receita (“UGRs”), sendo 12.659 mil no segmento Residencial, 34.006 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 6.591 mil no segmento B2B, além de 172 mil telefones públicos.

Residencial (Telefonia fixa, Banda larga e TV paga)

Fixo

A Oi terminou o ano de 2019 com 7.005 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial, redução de 15,4% em relação ao 2018, refletindo a tendência de queda de demanda por voz e substituição por dados. Com o intuito de frear a queda de base, a Companhia tem como estratégia o foco na convergência e simplificação do portfólio, para aumentar a proposta de valor dos serviços e eliminar cobranças excedentes, além de uma abordagem mais segmentada na rentabilização.

Banda Larga

A Companhia fechou o ano com 4.202 mil UGRs de banda larga fixa no segmento Residencial, redução de 13,9% versus 2018. A queda se justifica principalmente pela maior competição de *players* locais que oferecem serviços de banda larga em pequenas cidades, fora dos grandes centros urbanos. Como já dito, a Companhia vem intensificando a atividade comercial com diferenciação de mercado regionalizada e adotando medidas pontuais para adequar as ofertas para cada tipo de cliente. Além disso, a Oi está intensificando o investimento em fibra, com a estratégia do “Reuso” da rede, entregando banda larga com qualidade e em alta velocidade. Esta estratégia está mostrando excelentes resultados, terminando 2019 com 4,6 milhões de casas passadas e 675 mil casas conectadas, com um *“take-up”* de 14,7%. Nas localidades onde a Oi intensificou a penetração de fibra já é possível notar reversão na tendência de queda da receita nos serviços de Banda Larga.

TV Paga

No produto de TV Paga, a Companhia apresentou o melhor desempenho do mercado no ano, +0,5p.p. de *market share*, alcançando 9,6% do mercado brasileiro em dezembro de 2019. Esse desempenho manteve a Oi como terceira maior operadora de TV do país (a segunda considerando apenas aquelas com tecnologia DTH). Vale destacar ainda o crescimento de mais de 300% de base na tecnologia IPTV, reforçando o sucesso da estratégia de expansão da fibra ótica do segmento Residencial ao longo do ano.

Oi TV é um produto diferenciado, que oferece um amplo leque de conteúdo e canais HD (incluindo canais abertos) em todos os planos, sendo que a oferta mais completa inclui até 194 canais, sendo 72 em HD, com possibilidade de aumentar a grade via contratação de canais “a la carte” com assinatura mensal ou no modelo *pay per view* como filmes, esportes, entre outros, inclusive através da tecnologia iPPV (compra diretamente pelo controle remoto). Também oferece serviços como Gravador Digital (serviço que permite gravar, voltar ou pausar programas em ultradefinição), e “Outra Vez” (serviço que permite assistir programas das últimas 8 horas mesmo depois da exibição). Além disso, clientes Oi TV também possuem acesso ao Oi *Play*, agregador de conteúdos de vídeo da Oi, reforçando o posicionamento da Companhia em oferecer a melhor experiência e maior autonomia aos seus clientes, possibilitando o consumo de vídeo on demand e ao vivo *Everywhere* através de dispositivos como *tablets*, *smartphones*, *SmartTVs* e outros dispositivos como *Google Chromecast*, por exemplo.

Mobilidade Pessoal

A Oi fechou 2019 com 34.006 mil UGRs no segmento de Mobilidade Pessoal, uma redução de 2,9% quando comparado a 2018. Nos últimos do



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mesmo um cenário de reduzida flexibilidade financeira e atuando com responsabilidade na gestão do caixa, a Oi expandiu os investimentos em infraestrutura e no core da rede em 2019. Neste período, a Companhia investiu na infraestrutura de acesso, na infraestrutura de transmissão, na rede IP e na expansão dos sistemas de suporte a operação, dentre outras ações. Desta forma, foi possível aumentar a robustez, a qualidade e a capacidade do core da rede, assegurando um desempenho operacional mais eficiente e promovendo uma melhoria consistente na qualidade dos serviços e experiência dos usuários, com reflexo na geração de valor para o negócio.

No ano de 2019, a Companhia investiu 82% do montante total na rede, representando R\$ 6.389 milhões distribuídos principalmente na (i) melhoria da rede fixa para o serviço de fibra e banda larga, (ii) melhoria da qualidade da rede móvel, (iii) implantação e expansão das redes 4G e 4,5G e (iv) investimentos em equipamentos de transmissão de voz e dados.

Além dos investimentos descritos acima, a Companhia realizou AFAC em controladas que estão divulgados na Nota 15 – Investimentos das Demonstrações Financeiras.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

A Oi, desde a sua criação, vem procurando se diferenciar e se manter no mercado nacional por meio de suas ações e atitudes inovadoras.

Os investimentos em P&D nos projetos desenvolvidos em 2019 totalizaram R\$ 33,9 milhões, sendo vários realizados em parceria com Institutos de Ciência e Tecnologia, empresas incubadas em Centros de Tecnologia. Em 2019 foram reforçadas as Iniciativas Digitais, avançando os impactos na experiência do cliente e na melhoria da eficiência operacional. Dentre as iniciativas, focamos no atendimento humano e digital. Lançamos a JOICE, nossa inteligência artificial, que nesta fase, engloba a automação do atendimento e do suporte técnico; adicionamos novas funcionalidades ao aplicativo do Técnico Virtual, que facilita o autatendimento técnico; e ampliamos a automação do Centro de Operações.

Encarregando o compromisso com seu programa de inovação, a Incubadora Oito, *hub* de empreendedorismo e inovação no Rio de Janeiro, tem exercido papel importante na geração de novos negócios, aceleração de soluções tecnológicas, desenvolvimento de *startups* e suporte ao ecossistema de inovação.

Ao longo do ano de 2019, desenvolveu uma nova metodologia de investimento em *startups* com maior aderência a desafios de geração de novas receitas, aumento de eficiência e redução de custos, buscando *startups* com soluções em fase de tração que auxiliem a Oi na busca por inovações que beneficiem a Companhia.

Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem este ecossistema no Brasil, com destaque para as parcerias junto à fornecedores de soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de iniciativas inovadoras e de P&D junto aos parceiros do seu sistema, estabelecendo interações, desenvolvimentos e testes de soluções conjuntos, conectando as necessidades da empresa ao ecossistema das *startups*, aos fornecedores de tecnologia e às universidades.

11 - Mercado de Capitais

Ao final de 2019, o capital da Companhia era representado por 5,9 bilhões de ações, sendo aproximadamente 5,8 bilhões de ações ordinárias e 157,7 milhões de ações preferenciais.

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em Circulação ¹
Ordinárias	5.796.477.760	30.595	5.796.447.255
Preferencias	157.727.241	1.811.755	155.915.462
Total	5.954.205.001	1.842.350	5.952.356.717

Obs: Posição acionária em 31/12/2019

[1] As ações em circulação não consideram as ações detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Nossas Ações

As ações da Oi S.A. são negociadas no Brasil na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, doravante B3) sob os códigos de negociação OIBR3 (ordinárias) e OIBR4 (preferenciais). A Companhia também tem um programa de *American Depositary Receipts* (ADRs) nos EUA, onde os papéis são atualmente negociados sob os códigos OIBR.C (“DR Ordinário”) e OIBR.Q (“DR Preferencial”). A OIBR.C é negociada na *New York Stock Exchange* (NYSE), enquanto a OIBR.Q é negociada no mercado balcão (OTC Markets).

Na B3, as ações da Oi encerraram o ano de 2019 cotadas a R\$ 0,86 para OIBR3 e a R\$ 1,23 para OIBR4, apresentando desvalorização em 2019 em relação ao final de 2018 de 31,2% e 2,4%, respectivamente. O índice Ibovespa encerrou o ano em 115.465 pontos, apresentando um aumento de 31,6% no período. Nos EUA, o DR Ordinário da Companhia (OIBR.C) encerrou o ano de 2019 cotado a US\$ 0,93, apresentando uma desvalorização de 41,9% em relação ao final de 2018, ao passo que o DR Preferencial (OIBR.Q) encerrou o período cotado a US\$ 0,26, uma desvalorização de 10,3% neste mesmo período.

Em 2019, o volume médio diário negociado das ações ordinárias (OIBR3) foi de R\$ 100,4 milhões (crescimento de 442,3%) e das ações preferências (OIBR4) de R\$ 5,1 milhões (queda de 6,9%). No mesmo período, o volume médio diário do DR Ordinário (OIBR.C) foi de US\$ 4,1 milhões, crescimento anual de 192,7%.

Dividendos

Desde 2015, a Companhia não vem distribuindo dividendos. Atualmente, em adição e não obstante às disposições estatutárias e legais a respeito da distribuição de dividendos, as Empresas Oi estão sujeitas a determinadas restrições à declaração e ao pagamento de dividendos, previstos no PRJ das Empresas Oi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial (Cláusula 10). Sugermos a leitura do Plano para maiores informações a respeito, assim como a leitura do item 6 deste relatório e da Nota 1 das Demonstrações Financeiras no item “Recuperação Judicial”.

12 - Ambiental, Social e Governança

O sistema de governança no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas, como também as disposições previstas no PRJ das Empresas Oi, aprovado pelos Credores em Assembleia Geral de Credores realizada em dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em 2018.

O atual Estatuto Social da Companhia, aprovado em setembro de 2018 e alterado em 26 de abril de 2019, caracteriza-se pela adoção de elevados padrões de governança corporativa, que incluem, dentre outros pontos: (i) conversibilidade das ações preferenciais, quando e nas condições aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) mínimo de 20% de conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (iii) vedação à acumulação de cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo; (iv) obrigatoriedade do Conselho de Administração se manifestar sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da Oi; (v) obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 1 de Governança Corporativa, exceto em caso de ingresso no Nível 2 de Governança Corporativa ou no segmento do Novo Mercado; e (vi) obrigação de resolução de disputas e controvérsias por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto integralmente por 11 (onze) Conselheiros Independentes, em conformidade com a cláusula 9.3.1 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de acordo com o que estabelece o artigo 64 do Estatuto Social.

Com o objetivo de aperfeiçoar sua governança e alinhá-la aos desafios e necessidades que se apresentam, a Companhia possui atualmente três comitês de assessoramento ao Conselho de Administração em funcionamento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (“CARC”); Comitê de Transformação, Estratégia e Investimentos (“CTEI”); e Comitê de Gente, Nomeações e Governança (“CGNG”).

Cabe destacar que o CARC é um comitê estatutário, com funções de *audit committee*. Já o CTEI é um comitê temporário, que durante sua vigência absorveu as funções de dois outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração – o Comitê de Investimento e Infraestrutura e o Comitê de Estratégia –, atualmente suspensos.

Em relação às suas Assembleias Gerais, a Oi vem, consistentemente, adotando a prática de estender o direito de voto aos titulares dos *American Depositary Receipts* (“ADRs”), realizando a primeira convocação para as Assembleias Gerais com, no mínimo, 30 dias de antecedência; e, ainda, também visando facilitar e estimular a participação dos seus acionistas, passou a disponibilizar em seu *website* e no *website* da CVM e da B3, a cada convocação, um Manual para a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais, que oferecem informações sobre as matérias a serem discutidas, modelos de procuração para os acionistas, dentre outras informações.

A Companhia atua de forma permanente e contínua na consolidação e expansão das melhores práticas de *Compliance* com foco na mitigação de riscos corporativos, anticorrupção e otimização de processos de negócio.

Em 2019, sua Política e metodologia de gestão de riscos foi revisada e está aderente às principais normas relacionadas ao tema, tais como “COSO ERM”, “ISO 31000”, “Caderno 19 de Governança Corporativa do IBGC” e “CVM 586”. Do ponto de vista das práticas de *Compliance*, continuamos, em 2019, com foco no aprimoramento contínuo de nosso programa, realizando uma avaliação independente do nosso Programa e seus respectivos desdobramentos operacionais, através da implementação de políticas, regulamentos, melhores práticas e controles. Como garantia da sua independência, a Diretoria de *Compliance* reporta hierarquicamente para o CEO e funcionalmente para o Comitê de Auditoria, Riscos e Controles além do próprio Conselho de Administração. Além das práticas de *Compliance*, contamos também com uma área de Auditoria Interna diretamente subordinada ao Conselho de Administração, e que atua em auditorias de processos, financeiras, de conformidade e no processo de apuração de denúncias provenientes do nosso Canal de Denúncias e que posteriormente à apuração são analisadas e tem decisões deliberadas pelo nosso Comitê de Ética.

No âmbito operacional, nosso Comitê de Gestão da Continuidade de Negócios buscou, em conformidade com a norma “ISO 22301”, o aprimoramento dos processos associados fortalecendo mecanismos de prevenção, monitoramento e resposta a eventos que possam afetar não apenas a prestação de serviços, mas também a sociedade e o meio ambiente.

A Oi manteve em 2019 seu compromisso com o desenvolvimento do país e com suas práticas de sustentabilidade. A Companhia permanece prestando serviços convergentes de telecomunicações, promovendo a inclusão digital e possibilitando o acesso à cidadania a milhões de brasileiros.

Desde 2001, a Oi reforça seu compromisso com a sociedade brasileira por meio do Oi Futuro, seu instituto de responsabilidade social corporativa que atua sob a certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

A Oi, por meio do Oi Futuro, investe no potencial inovador e criativo dos indivíduos e das redes para a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva. Com atuação em todas as regiões do país, o Oi Futuro desenvolve projetos e programas nas áreas de Cultura, Educação, Inovação Social e Esporte.



Na área de Cultura, o Oi Futuro promove a convergência entre arte, ciência e tecnologia. No último ano, o instituto lançou quatro editais públicos para artistas, produtores culturais e empreendedores, que receberam cerca de 2,5 mil inscrições de todo o Brasil. Na 16ª edição do seu principal edital, o **Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados**, foram selecionados 48 projetos em 8 estados.

Para alcançar novos públicos, o Oi Futuro manteve, pelo segundo ano consecutivo, a parceria com o *British Council* para editais de apoio e intercâmbio artístico no país. O **Programa Pontes** viabilizou a residência de artistas britânicos em 7 festivais nacionais de norte a sul do país, e o **Programa Arte Sônica Ampliada**, o ASA, capacitou nova turma de mulheres da periferia do Rio de Janeiro que atuam profissionalmente no mercado da música e do som.

O **LabSonica**, laboratório de experimentação artística e sonora para formação e criação colaborativa, impactou mais de sete mil pessoas ao longo do ano por meio de residências artísticas, gravações inéditas e cursos sobre música e negócios.

O Centro Cultural Oi Futuro – que abriga galerias de arte, um teatro e um museu – recebeu aproximadamente 95 mil visitantes em 2019. Ao longo do ano, o Museu das Telecomunicações foi fechado ao público pela primeira vez desde seu lançamento em 2007 para obras de modernização. Rebatizado de **Museum – Museu das Comunicações e Humanidades**, e reaberto em fevereiro de 2020, o espaço prevê novas atrações aos visitantes, que incluem experiências imersivas e interativas.

Em 2019, em paralelo ao projeto de modernização, o Oi Futuro desenvolveu a pesquisa de tendências “**Narrativas para o futuro dos Museus**”, assinada com a Consumoteca, e o edital “**Hipermuseus**”, que capacitou profissionais de museologia e cultura numa imersão de seis meses para buscar novas estratégias de inovação para os espaços culturais. Os resultados da pesquisa e do edital estão disponíveis gratuitamente para *download* em formato *e-book* no *site* do Oi Futuro.

Além disso, a programação do Centro Cultural Oi Futuro foi mais uma vez reconhecida pelo público, pela imprensa e pela crítica: sete espetáculos teatrais que passaram pelos palcos do Oi Futuro receberam, ao todo, 52 indicações e 3 prêmios: “Eu, Moby Dick” (melhor cenografia Prêmio Cesgranrio) e “O Príncipe Poeira e a Flor da Cor do Coração” (melhor texto e ator Prêmio Botequim Cultural). Também foram indicados para prêmios a exposição “Palavra Movimento” e o projeto ASA - Arte Sônica Amplificada.

Na área de Educação, o Oi Futuro investe no NAVE, o Núcleo Avançado em Educação, parceria público-privada desenvolvida, desde 2006, com as Secretarias de Estado de Educação do Rio de Janeiro e de Pernambuco em duas escolas de Ensino Médio Integrado ao Profissional. O programa oferece cursos técnicos de Programação e Multimídia, com foco na preparação dos jovens para a economia criativa e para o exercício pleno da sua cidadania. Até 2019, o NAVE já formou aproximadamente 2.800 estudantes e, atualmente, envolve mais 1.000 alunos e 70 educadores nas duas escolas. Para ampliar seu alcance, o programa lançou a segunda edição do “**e-NAVE - Guia de Práticas Pedagógicas Inovadoras**”, publicação digital gratuita que reúne práticas pedagógicas inovadoras criadas no programa e acessíveis para outras escolas das redes pública e privada.



Além da publicação, o NAVE disseminou metodologias inovadoras para cerca de 1.000 educadores multiplicadores das redes públicas de 53 municípios do Rio de Janeiro e de Pernambuco por meio de cursos presenciais e semipresenciais de robótica educacional, mídiameducação e uso pedagógico de tecnologias. Para contribuir com a política pública de Ensino Médio em escala nacional, o Oi Futuro aderiu à “**Frente Currículo e Ensino Médio**”, liderada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e apoiada por dez institutos e fundações privadas. O objetivo do projeto é oferecer apoio técnico para as 27 redes estaduais de educação do país na implementação de novos currículos alinhados à Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio.

Neste último ano, o NAVE foi selecionado como estudo de caso pelo **SXSW Edu**, um dos maiores festivais de inovação do mundo, que ocorre anualmente em Austin, no estado do Texas, nos Estados Unidos.

Na área de Inovação Social, o Oi Futuro fortaleceu o Labora, seu laboratório de Inovação Social, como um espaço de conexão e apoio de empreendedores, negócios e organizações comprometidos com o impacto social. Em 2019, o instituto concluiu dois ciclos de aceleração de *startups* e organizações de impacto social, em parceria técnica com a *Startup Farm* e o Instituto Ekloos. No total, foram 24 negócios e organizações acelerados, envolvendo diretamente 135 empreendedores.

No terceiro trimestre, o Labora iniciou um novo ciclo de aceleração com o Instituto Ekloos para mais 20 organizações e negócios sociais, impactando 120 empreendedores, além de anunciar parceria com o Sebrae RJ para desenvolvimento de edital voltado a negócios sociais com perfil tecnológico. O Labora realizou 43 eventos e *workshops* que movimentaram 2,7 mil pessoas da rede de inovação social no estado do Rio de Janeiro. Complementando sua contribuição social, a Oi e o Oi Futuro apoiaram projetos de inclusão social pelo Esporte e, também, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente nas esferas nacional, estaduais e municipais, por meio do FIA (Fundo da Infância e da Adolescência). Com essa atuação, a Oi e o Oi Futuro contribuem para o fortalecimento das políticas públicas de garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes de todo o país.

Em 2019, dez iniciativas foram apoiadas, com destaque para o projeto “Promoção da educação e cidadania por meio do surf” realizado pelo CADES, Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento do Surfe, no Rio de Janeiro. O site do Oi Futuro (<http://www.oifuturo.org.br>) traz mais informações sobre os projetos e programas.

Como signatários do Pacto Global, desde 2009, os seus princípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) norteiam nosso compromisso de adotar, de forma permanente, práticas de negócios que valorizem e respeitem critérios de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Desenvolvemos, voluntariamente, informações sobre a nossa gestão de carbono ao CDP e publicamos anualmente nosso inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, implementamos ações no âmbito do Termo de Mútua Cooperação contra a Pedofilia, que reúne empresas de telecomunicações, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a organização SaterNet Brasil para prevenir e combater crimes praticados pela internet contra crianças e adolescentes.

A Companhia divulga, anualmente, seu desempenho e práticas de responsabilidade socioambiental através de seu Relatório Anual de Sustentabilidade, segundo os padrões internacionais da *Global Reporting Initiative* (GRI). Pelo oitavo ano baseado na GRI, o relatório relativo ao ano de 2018 poderá ser encontrado no *site* de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.oi.com.br>).

13 - Colaboradores

A Oi possui 15.173 colaboradores, considerando Lojas Próprias, na atividade de telecomunicações, sendo 237 estagiários e 170 aprendizes técnicos. Do total de colaboradores, 63% são do sexo masculino e 37% do sexo feminino. Os cargos executivos são integrados por 71% de homens e 29% de mulheres.

A média de idade dos colaboradores é de 40 anos, com um tempo médio de empresa de 8 anos. A Oi está presente em 26 estados mais o Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 150 endereços.

Adicionalmente, a Oi possui 14.364 terceiros alocados em atividades de *call center*, 30.272 em atividades de vendas, 53.111 em atividades de implantação e manutenção de rede e 8.831 em atividades administrativas, totalizando 106.578 terceiros. Destes, 42.987 pertencem ao Grupo Oi (inclui as empresas Serede, Conecta e BrT Call Center). Por meio de programas especializados, forma-se uma equipe de primeira linha: 127 Facilitadores de Gestão, 5 *Master Black Belts*, 41 *Black Belts*, 192 *Green Belts*, 1.505 *Yellow Belts* e 1.423 *White Belts*.

Com o desafio de criar e fortalecer uma cultura única, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos de negócio. Partindo da estratégia, o Modelo de Gestão confere clareza de objetivos e responsabilidades, assim como disciplina e cadência à execução, com estímulo ao trabalho em Equipe e a colaboração entre as áreas, reforçando o comprometimento com a Companhia.

A área de Gente e Gestão da Companhia trabalha continuamente na adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional.

Para suportar o Ciclo de Desenvolvimento de Gente, a Oi trabalha com ferramentas como promoções por meritocracia, recrutamento interno, onde as vagas abertas são disponibilizadas para os colaboradores, ciclos de acompanhamento do desempenho, reforço e valorização da cultura de autodesenvolvimento, onde o colaborador é protagonista da sua carreira.

A Oi mantém programas estruturados em seus diferentes níveis funcionais, com vistas ao desenvolvimento e ao aprimoramento das competências de seus colaboradores.

A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo avançar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos-chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento entre os seus colaboradores. Entre os programas voltados para todos os colaboradores, destacam-se três principais eixos: as Trilhas de Desenvolvimento de Competências Técnicas, os Treinamentos de Desenvolvimento de Liderança e as Trilhas de Conhecimento sobre o Negócio nos diversos formatos e metodologias, como ações presenciais e *on-line*. No ano de 2019 os treinamentos realizados totalizam 362.304 mil horas.

O Programa Geração promove o desenvolvimento de jovens talentos envolvidos com seu crescimento profissional. Em 2019, os 22 jovens do Programa de *Trainee* participaram de um programa específico de aceleração do desenvolvimento, onde tiveram mais de 5.800 horas de treinamentos técnicos e comportamentais e atuaram liderando ou participando de projetos estratégicos da empresa.

No ano de 2019, concluímos a contratação de 2.192 vagas na Oi, sendo que 74% das vagas executivas e 42% das vagas profissionais foram preenchidas por recrutamento interno, enquanto as vagas de técnicos e força de vendas foram voltadas principalmente para o público externo. Fechamos a efetivação de 35 estagiários como colaboradores e realizamos 1.807 promoções, representando 35% do recrutamento interno.

A Oi vem demonstrando significativo incremento em sua cultura de saúde e segurança.

Um excelente performance tem sido potencializada pelas inúmeras práticas preventivistas implantadas nos últimos anos, tendo, com isso, reduzido drasticamente, o número de acidentes do trabalho nesse período.

Em 2019, a redução no número de ocorrências foi de 37%, envolvendo colaboradores próprios, e de 24,3%, considerando toda força de trabalho. Isso mostra que a empresa vem se alinhando às melhores práticas de mercado, somado a uma área corporativa de SSMA eficiente na definição e gestão dos processos e com o foco e determinação do time operacional em manter sempre um ambiente de trabalho seguro.

Baseados nos riscos identificados pela área de Segurança do Trabalho, a saúde ocupacional da Oi monitora a condição laboral de seus colaboradores através de exames médicos (admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional). Para 2020 está previsto o início do programa de toxicologia. A iniciativa, pioneira em indústrias de telecom, tem como uma das respectivas áreas, sustentada pela frente socio, promover a conscientização e proibição quanto ao uso de substâncias psicoativas no ambiente do trabalho.

A Oi tem investido significativamente em recursos para preparação e resposta à emergências. Baseado no ISO 22301, somos responsáveis no comitê do GCN por promover práticas que garantam a preservação do patrimônio da empresa, dos negócios e de nosso maior ativo: as pessoas. Para isso mantemos uma trilha online dedicada ao tema no Oi Educa, que é fortalecida por treinamentos práticos de altíssimo nível e simulados frequentes de preparação e resposta às crises.

A operação da Oi é extremamente complexa, com mais de 1.400 provedores externos em sua rede e uma força de trabalho de mais de 120.000 colaboradores, portanto precisamos procurar soluções ágeis, simples e eficientes para gestão de nossos fornecedores.

Nossa frente de suporte ao negócio é responsável por assegurar a conformidade legal de todos os nossos parceiros, garantindo aderência a requisitos nos âmbitos federal, estadual e municipal e considerando aspectos de saúde, segurança, meio ambiente e responsabilidade social.

Aderente à proposta de simplificação de processos, o SSMA lançou, no fim de 2019, uma nova plataforma para diligenciamento remoto de terceiros.

Promovemos o que há de mais atual e moderno em relação à capacitação. Os treinamentos disponibilizados pelo SSMA no Oi Educa são desenvolvidos por profissionais com reconhecida proficiência nos assuntos. Buscamos diversificar o formato com o objetivo de promover o engajamento e interação com o conteúdo. Desde infográficos a *talk shows*, nossos treinamentos vêm transformando os resultados da Companhia e fomentando nossa cultura de saúde e segurança.

Finalizamos o ano de 2019 com todos os Acordos Coletivos de Trabalho aprovados e assinados pelos 28 sindicatos. Não tivemos nenhuma ocorrência de paralisação dos colaboradores com efeito relevante em nossas operações. Realizamos melhorias na navegação no Oi Educa, dando continuidade no desenvolvimento dos colaboradores e simplificando a sua jornada pela ferramenta. O projeto *Home Office* teve seu *rollout* para toda a Companhia para trazer mais qualidade de vida e produtividade às equipes. A coluna do robô continua sendo exibida para facilitar o tratamento de frequência e desafogar os canais de atendimento; as adaptações do e-Social foram explicadas e a dedicação do time na implantação do e-Social foi decisiva para que o prazo estabelecido pela Receita Federal fosse atendido.

Em 2019, seguimos aperfeiçoando processos para melhorar nosso desempenho e reduzir custos. Apostamos em soluções que usam inteligência artificial para prover uma experiência digital diferenciada de atendimento nos mais variados canais. Todas essas iniciativas foram amplamente divulgadas nos canais internos: noticiamos o lançamento do nosso assistente virtual (*chatbot*) e sua expansão de utilização para o *Facebook* e o *WhatsApp*. Comunicamos o nosso empenho em oferecer cada vez mais rapidez e eficiência nos canais *on-line*, como por exemplo com a notícia sobre a adoção de biometria para autenticação na Minha Oi e com a automação das respostas nas redes sociais. Também celebramos o sucesso das nossas soluções digitais, divulgando a conquista de 3 milhões de *downloads* do aplicativo Técnico Virtual, o sucesso da Minha Oi como app de atendimento mais buscado no Google e o marco de 600 mil interações com o nosso *chatbot*. Todas essas entregas refletiram na qualidade dos nossos serviços, que apresentaram melhorias crescentes ao longo do ano e foram divulgadas internamente para mostrar aos colaboradores o resultado do seu trabalho.

Divulgamos o lançamento do Oi TechTônica, *blog* desenvolvido para atrair potenciais clientes de forma inteligente através das plataformas digitais. Replicamos internamente conteúdos relevantes do *blog* sobre tecnologia, celular, internet, séries e *games*. Além disso, os colaboradores foram convidados para impulsionar a rede do Oito, que, em 2019, promoveu, em parceria com grandes empresas, um calendário de palestras e eventos sobre tendências mundiais em inovação.

Tendo como base a transparência, a área de comunicação deu continuidade à estratégia de manter o canal de comunicação interna atualizado com os fatos mais relevantes sobre a recuperação judicial, como a aprovação do Novo PGMU, a formação do novo Conselho de Administração e o acordo com a Pharol para a extinção dos litígios existentes. Os colaboradores também foram informados sobre os cuidados a serem tomados com divulgações sobre a Oi durante o aumento de capital, para que nenhuma comunicação ferisse as restrições estabelecidas.

O Instituto Oi Futuro também contribui para promover a disseminação da cultura de inovação na Companhia. Em 2019, o Lab Oi Futuro proporcionou, para executivos e colaboradores, oportunidades de formação em novas metodologias voltadas para o empreendedorismo e inovação por meio de ferramentas que potencializam a capacidade criativa, aplicando os princípios de cooperação e experimentação.

Em 2019, tivemos 26 jovens no Programa Geração NAVE que participaram de uma trilha de desenvolvimento, com treinamentos técnicos, comportamentais e reuniões de acompanhamento com a área de Gente. Todos esses jovens integram equipes multidisciplinares da área digital e trabalham com metodologias ágeis e técnicas de *design thinking*.

Em 2019, realizamos mais uma edição do Geração Estágio, programa de Estagiários da Oi e contratamos 193 novos jovens para atuarem em todas as áreas da empresa. Durante o programa, esses jovens participam de uma trilha específica de desenvolvimento que contempla treinamentos técnicos como Métodos ágeis, *Design Thinking*, Seis Sigma, além de treinamentos comportamentais e de conhecimento do negócio da Oi.

Os residentes digitais vão integrar equipes multidisciplinares da área digital e trabalharão com metodologias ágeis e técnicas de *design thinking*.

Em 2019, a Oi patrocinou 56 eventos em todo o Brasil. Na categoria esporte, o principal deles foi o Oi Rio Pro, etapa do mundial de surfe realizada em Saquarema. A Oi foi responsável pela entrega de todos os *links* de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, *broadcast* e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi, realizou sessões de atendimento com atletas patrocinados e empréstimos de barracas para o público presente. Entre os projetos da área de Cultura na Era Digital destaca-se a Game XP e a CCXP. O primeiro aconteceu dentro da cidade olímpica, sendo o maior *GamePark* do mundo. A empresa assinou a Oi Game Arena, espaço que comportou campeonatos e demonstração de games com a maior tela do mundo. Na CCXP, realizada em SP em dezembro de 2019, a Oi estava presente no espaço Omelete e, na sua atuação, o público pode entrar na batcaverna do Batman, que atuava como centro de monitoramento da Oi no evento, além de ter interações com Oi Play.

No ano de 2019, foram realizados dois encontros do Dia Oi, para compartilhar desafios, conhecer projetos, acompanhar os resultados e reconhecer colaboradores envolvidos em grandes entregas, como o projeto Atacado, a entrega do PGMU e o suporte operacional em Brumadinho/MG. Lançamos o movimento da Pura Fibra para destacar o diferencial do nosso produto, apresentamos o progresso da Companhia e reconhecemos a participação de cada colaborador nesse avanço.

Todas as etapas do PRJ da Oi, aprovado no final de 2017, vêm sendo cumpridas dentro dos prazos estabelecidos. No início do ano, comunicamos o aumento de capital previsto no PRJ, a conquista do prêmio de Reestruturação do Ano concedido pela LatinFinance, a escolha pelo Conselho de Administração do novo COO Rodrigo Abreu. Os colaboradores ficaram cientes de toda a evolução do processo a partir da divulgação realizada pela comunicação interna, além de reforçar a disseminação das metas e dos indicadores de gestão, que garantem o direcionamento para o desempenho operacional.

Estimulamos eventos voluntários em datas festivas, humanizando o ambiente e fortalecendo relacionamentos. Foram realizadas 116 ações nas portarias dos prédios da Oi em todo o Brasil, além das 21 ações digitais na Interativa, tais como: Carnaval, Concurso Cultural, Dia das Mães, Festa Junina, Outubro Rosa, Novembro Azul, Natal Solidário, Comemorações de Resultados e de Destaque, impactando milhares de colaboradores em toda a empresa.

Em outubro, novamente abrimos as portas dos nossos escritórios para receber mais de 2.900 filhos dos colaboradores para conhecer o local de trabalho dos pais e participar de atividades especiais em comemoração ao Dia das Crianças, com muita alegria e diversão.

Em dezembro, os colaboradores de diversos estados (da nossa Companhia) se mobilizaram e fizeram um Natal melhor para crianças e idosos de instituições de assistência social no Brasil. Além de adotarmos mais de 238 cartilhas com pedidos de presentes, arrecadamos doações de alimentos não-perecíveis, material escolar, produtos de higiene pessoal, fraldas geriátricas e brinquedos. Esta arrecadação é realizada nos prédios da Oi em todo o Brasil.

14 – Auditoria Externa

Nos termos da Instrução CVM nº. 381/2003, informamos que a Oi S.A. e suas controladas contrataram a BDO RCS Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

A política da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Oi em fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Neste exercício, a Companhia não contratou a BDO RCS Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa.

Em cumprimento à Instrução CVM 381, a Oi informa que, em 2019, a BDO RCS Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio de Carta de Independência apresentada periodicamente à Companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	949.967	1.669.059	2.081.945	4.385.329	Fornecedores	18	788.447	1.231.040	4.794.309	5.024.260
Aplicações financeiras	8	177.869	190.779	183.850	201.975	Fornecedores – Sujeitos ao PRJ	18	236.605	70.497	799.631	201.602
Créditos com partes relacionadas	29	380.963	7.565.968			Salários, encargos sociais e benefícios	19	159.382	157.451	852.585	906.655
Contas a receber	9	1.383.264	1.193.687	6.334.526	6.516.555	Instrumentos financeiros derivativos	20	1.152		1.152	
Estoques		45.305	57.599	326.934	317.503	Empréstimos e financiamentos	10	319.569	660.172	326.388	672.894
Tributos correntes a recuperar	10	74.724	146.426	542.726	621.246	Tributos correntes a recolher	11		963	66.654	27.026
Outros tributos	11	485.428	232.961	1.089.391	803.252	Outros tributos	21	172.674	233.714	886.763	1.033.868
Depósitos e bloqueios judiciais	12	1.198.219	1.348.700	1.514.464	1.715.934	Dividendos e juros sobre o capital próprio	22	4.761	5.075	5.731	6.168
Dividendos e juros sobre o capital próprio	29	3.499		426		Autorizações e concessões a pagar	21		22.925	58.582	85.619
Ativo relacionado aos fundos de pensão	27	5.174	4.366	5.430	4.880	Arrendamentos a pagar	22	114.652		1.510.097	
Despesas antecipadas	13	155.513	191.087	670.344	743.953	Programa de refinanciamento fiscal	23	54.894	86.154	86.721	142.036
Ativos mantidos para venda	31	3.464.478	3.721.549	4.391.090	4.923.187	Provisões	24	286.604	429.075	547.996	680.542
Demais ativos	14	303.509	787.119	852.155	1.079.670	Passivos associados a ativos mantidos para venda	31			494.295	526.870
		8.627.912	17.109.300	17.993.281	21.313.484	Demais obrigações	25	438.613	505.784	1.405.013	1.381.919
Não circulante						Não circulante		2.577.353	3.402.850	11.835.917	10.689.459
Créditos com partes relacionadas	29	5.202.853	4.394.712			Fornecedores – Sujeitos ao PRJ	18	935.401	942.845	3.293.427	3.593.008
Aplicações financeiras	8	4.827	4.860	33.942	36.987	Empréstimos e financiamentos	20	10.305.594	9.297.642	17.900.361	15.777.012
Tributos diferidos a recuperar	10			99.175	23.050	Débitos com partes relacionadas	20 e 29	783.404	377.184		
Outros tributos	11	1.232.879	147.409	2.995.559	715.976	Tributos diferidos a recolher	10	12.085			
Depósitos e bloqueios judiciais	12	3.092.011	3.337.981	6.651.383	7.018.786	Outros tributos	11	538.308	222.995	1.224.038	628.716
Ativo relacionado aos fundos de pensão	27	50.680	64.253	54.615	64.253	Arrendamentos a pagar	22	541.707		6.639.929	
Despesas antecipadas	13	105.813	113.507	583.736	522.550	Programa de refinanciamento fiscal	23	208.790	267.342	330.782	411.170
Demais ativos	14	32.665	19.937	437.667	250.862	Provisões	24	1.405.423	2.102.392	4.703.684	4.358.178
Investimentos	15	14.497.222	16.931.222	133.765	117.840	Provisões para fundos de pensão	27	633.012	579.122	633.012	579.122
Imobilizado	16	7.120.511	6.322.834	38.910.834	28.425.563	Provisão para patrimônio líquido negativo	15	4.469.749	11.434.504		
Intangível	17	2.304.371	5.070.040	3.997.865	6.948.446	Demais obrigações	25	2.210.592	2.236.859	7.534.166	6.505.321
		33.643.832	36.406.755	53.898.541	44.124.313	Patrimônio líquido	26	22.044.065	27.460.885	42.259.399	31.852.527
Total do ativo		42.271.744	53.516.055	71.891.822	65.437.797	Capital		32.538.937	32.038.471	32.538.937	32.038.471
						Custo de emissão de ações		(801.073)	(377.429)	(801.073)	(377.429)
						Reservas de capital		3.906.771	11.532.995	3.906.771	11.532.995
						Ações em tesouraria		(33.315)	(2.803.250)	(33.315)	(2.803.250)
						Outros resultados abrangentes		(233.040)	(208.359)	(233.040)	(208.359)
						Prejuízos acumulados		(17.727.954)	(17.530.108)	(17.727.954)	(17.530.108)
								17.650.326	22.652.320	17.650.326	22.652.320
						Participação dos não controladores	31			146.180	243.491
						Total do patrimônio líquido		17.650.326	22.652.320	17.796.506	22.895.811
						Total do passivo e patrimônio líquido		42.271.744	53.516.055	71.891.822	65.437.797

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Continuidade das operações

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas OI. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos recalculados nos termos e condições do PRJ, incluindo o aumento de capital com Capitalização de Créditos e o aumento de capital com Novos Recursos.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas OI. A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam incertezas neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas OI de continuarem em operação. Em 31 de dezembro de 2019, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 17.796.506 (R\$ 17.650.326 na Controladora), o prejuízo do exercício montava a R\$ 9.095.107 (R\$ 9.000.434 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 6.157.364 (R\$ 6.050.559 na controladora). Em 31 de dezembro de 2018, e após o registro dos efeitos do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 22.895.811 (R\$ 22.652.320 na Controladora), o lucro líquido do exercício montava a R\$ 24.615.555 (R\$ 24.591.140 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 10.624.025 (R\$ 13.706.450 na controladora).

A Companhia não identificou, até o momento, impactos materiais relacionados ao COVID-19, e ainda não é possível precisar a extensão dos impactos de médio e longo prazos nos mercados e no cenário econômico mundial e brasileiro. No entanto, como a extensão da duração e efeitos dessa crise não são conhecidos, existe risco de impactos relevantes nas operações e nas vendas, em especial da Fibra.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, com base em indicadores financeiros, dentre eles Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha estas condições em bases trimestrais e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos. O não atingimento desses indicadores financeiros pode acarretar o vencimento antecipado do saldo devido de dívidas. Como decorrência da pandemia do COVID-19 e a grande volatilidade ocorrida no câmbio, a Companhia, preventivamente, iniciou conversas junto a seus credores, a fim de obter um "waiver" caso eventualmente não logre cumprir com determinados "covenants" contratuais ao longo de 2020, de forma a evitar as consequências contratuamente previstas. Vide mais informações nas Notas 3 e 20.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM e que estão em conformidade com as IFRS – *“International Financial Reporting Standards”* emitidas pelo IASB – *“International Accounting Standards Board”*. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (b) das políticas contábeis a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

(b) Principais políticas contábeis

Crítérios de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8).

Os ativos e passivos relacionados às operações na África são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda. No entanto, na demonstração de resultado os custos/despesas e receitas/ganhos são apresentados pelo método de consolidação integral, devido ao não atendimento dos critérios para classificação como "operação descontinuada" em consonância com o IFRS 5.

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

	Fechamento		Média	
	2019	2018	2019	2018
Euro	4,5305	4,4390	4,4159	4,3094
Dólar Norte Americano	4,0307	3,8748	3,9461	3,6558
Escudo de Cabo Verde	0,0411	0,0403	0,0401	0,0391
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000192	0,000185	0,000188	0,000177
Xelim Queniano	0,0398	0,0381	0,0387	0,0361
Dólar da Namíbia	0,2878	0,2698	0,2732	0,2764
Metical de Moçambique	0,0631	0,0627	0,0627	0,0601
Kwanza	0,0084	0,0126	0,0111	0,0147

Informações por segmentos

As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. Os resultados são analisados frequentemente no que toca os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas (Nota 28).

Combinações de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo (Nota 8).

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a sua finalidade em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: (1) ativos mensurados ao custo amortizado - ou seja, ativos financeiros que atendem às seguintes condições: (i) o modelo de negócios sob o qual os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (contas a receber, empréstimos e equivalentes de caixa). O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment"; (2) ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os rendimentos de juros são contabilizados utilizando o método de valor efetivo, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e (3) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A provisão para perdas com contas a receber é mensurada por um montante igual às perdas de crédito esperadas para vida inteira dos créditos, conforme permitido pelo IFRS 9 (Nota 9).

Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for altamente provável. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em base pró-rata.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda (Nota 31).

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (Nota 15).

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens afetados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente (Nota 16).

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças regulatórias associadas a mais valia incorporada, são amortizadas pelo prazo da concessão do STFC. As demais licenças regulatórias, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças (Nota 17).

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível de qual o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificada de acordo com o segmento operacional (Nota 28).

Esses cálculos requerem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, como tendências econômicas, tendências e taxas de juros do setor, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos fornecidos pela Companhia para o mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar significativamente as informações financeiras.

Em julho de 2019, a Companhia divulgou seu Plano Estratégico, focado na melhoria do desempenho operacional e financeiro, utilizando um modelo de negócios sustentável que visa maximizar o valor da Companhia no contexto da recuperação judicial.

Com base no Plano Estratégico, a Companhia realizou um teste de redução ao valor recuperável de seus ativos de longa duração e identificou uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 2.111 milhões relacionada basicamente pelos seguintes fatores: (i) revisão do referido plano; e (ii) aumento da competitividade do mercado, principalmente no mercado residencial, intensificando a queda na receita de serviços de telefonia fixa e DTH.

A Companhia utilizou as previsões de fluxo de caixa descritas no Plano Estratégico. Essas projeções abrangem um período de dez anos e levando em consideração a vida útil média dos ativos, o período do fluxo de caixa do plano de recuperação judicial e estão consistentes com os anos anteriores. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital de 10,94% (2018 - 11,55%), que é revisado pelo menos anualmente pela Companhia.

De acordo com a CPC 01 / IAS 36, uma perda por redução ao valor recuperável deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, sendo a mesma alocada às licenças regulatórias (Notas 5 e 17).

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícita, e em certos casos implícita dos passivos.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Nos termos e condições do PRJ, certos saldos de fornecedores e processos judiciais no âmbito da ANATEL, foram ajustados ao valor justo na data da novação dos passivos concursais, de acordo os requerimentos previstos no IFRS 9/ CPC 48, equivalente ao valor presente à época, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado através do desconto dos fluxos de pagamentos futuros fixos, que não consideram a inflação projetada, utilizando a taxa de juros incremental, de acordo com as condições de mercado, estimada com o "spread" de risco intrínseco da Companhia.

Adicionalmente, ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, bem como receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas são ajustadas a valor presente.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício (Nota 20).

Na data da reestruturação/novação dos passivos financeiros sujeitos à recuperação judicial, a Companhia reconheceu os compromissos de empréstimos e financiamentos a valor justo, conforme requerimentos previstos no IFRS 9/ CPC 48. O valor justo, na data da reestruturação de cada passivo financeiro, foi calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento mercantil em seu balanço patrimonial com relação aos ativos arrendados. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que consiste no valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento mercantil, acrescidos de custos diretos iniciais incorridos, estimativa de custos para desmontar e remover o ativo no final do arrendamento, outros pagamentos feitos antes da data de início do arrendamento, e calculados a valor presente, descontados pela taxa de empréstimo incremental. As taxas de desconto utilizadas foram obtidas de acordo com as condições de mercado, estimadas com o "spread" de risco intrínseco da Companhia.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos (Nota 24).

Para a mensuração do valor das provisões a constituir a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e cível (PEX e JEC).

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e cível estratégico.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Obrigação onerosa

A Companhia reconhece uma obrigação presente quando eventos tornam a contratação de serviços onerosa.

O contrato se torna oneroso quando: (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato e (ii) os custos são inevitáveis.

A Companhia mensura a obrigação onerosa de acordo com o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (i) no custo de cumprir o contrato ou (ii) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois o menor.

As premissas base do cálculo da obrigação onerosa deverão ser periodicamente reavaliadas e mensurada sempre que ocorram mudanças significativas dessas premissas.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência (Nota 27).

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 26).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos signatários da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando transfere o controle sobre bens ou serviços aos clientes em um montante que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A Companhia aplicou os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfetla a obrigação de desempenho.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados é a venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente.

Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidas no resultado em outras receitas operacionais.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização (Notas 4 e 5).

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que completam a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (custos de cumprimento de contrato), substancialmente comissões sobre vendas, são reconhecidos ao resultado em base sistemática consistente com a transferência dos bens e serviços aos clientes.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros efetivos incorridos, ajustes a valor justo e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também taxas e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na arrecadação de contas a receber de clientes e outras transações financeiras (Notas 5 e 6).

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos (Nota 7).

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) (Nota 26 (f)).

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

• A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; e

• A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o período de uso e tem o direito de direcionar “como e com que finalidade” o ativo é usado durante todo o período de uso.

A Companhia reconhece os impactos de diferenças temporárias do imposto de renda e da contribuição social diferidos proveniente da nova norma IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A Companhia adotou as IFRS 16, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

	Saldo em 2019 (com IFRS 16)	Ajustes IFRS 16	Saldo em 2019 (sem IFRS 16)	Saldo em 2018
Receitas de vendas e/ou serviços	20.136.183		20.136.183	22.060.014
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(15.314.814)	(589.861)	(15.904.675)	(16.179.100)
Lucro (Prejuízo) bruto	4.821.369	(589.861)	4.231.508	5.880.914
Receitas (despesas) operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	(5.174)		(5.174)	(13.492)
Despesas com vendas	(3.547.684)	(7.516)	(3.555.200)	(3.853.002)
Despesas gerais e administrativas	(2.782.300)	(5.810)	(2.788.110)	(2.738.718)
Outras receitas operacionais	4.527.710		4.527.710	2.204.134
Outras despesas operacionais	(5.991.291)		(5.991.291)	(6.748.094)
	(7.798.739)	(13.326)	(7.812.065)	(11.149.172)

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.977.370)	(603.187)	(3.580.557)	(5.268.258)
Receitas financeiras	2.662.463		2.662.463	30.950.461
Despesas financeiras	(8.772.181)	948.973	(7.823.208)	(4.341.595)
Resultado financeiro	(6.109.718)	948.973	(5.160.745)	21.608.866
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(9.087.088)	345.786	(8.741.302)	26.380.606
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(77.060)		(77.060)	115.706
Diferido	69.041		69.041	3.159.241

Lucro (Prejuízo) do exercício	(9.095.107)	345.786	(8.749.321)	24.615.555
--------------------------------------	--------------------	----------------	--------------------	-------------------

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro

Aplica-se a tributos cobertos pelo escopo do CPC 32 / IAS 12, o qual rege situações em que há tratamento fiscal incerto adotado pela Companhia, no que diz respeito a: (i) se uma entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente, (ii) estimativas que uma entidade deve fazer sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades tributárias, (iii) como uma entidade determina lucro tributável ou prejuízo fiscal, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas, e (iv) como uma entidade considera mudanças em fatos e circunstâncias.

A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, realizou avaliações acerca do tema e concluiu que não há impacto significativo para as demonstrações contábeis da Companhia.

(d.2) Novas normas, interpretações ainda não adotadas

As novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2020:

	Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 1	Apresentação de Demonstrações Financeiras	1 de janeiro de 2020
IAS 8	Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Erros Contábeis (Emenda - Definição de Material)	1 de janeiro de 2020
IFRS 3	Combinações de negócios (alteração - definição de negócio)	
	Estrutura conceitual revisada para relatórios financeiros	1 de janeiro de 2020

A Companhia está avaliando o impacto dessas alterações nas normas contábeis.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Mensuração do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 — Os “*inputs*” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos, ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano homologado em 8 de janeiro de 2018 e do respectivo registro contábil no ano-calendário 2018, alguns dos passivos financeiros classificados como custo amortizado foram mensurados a valor justo na data da novação desses passivos financeiros e mantidos a custo amortizado na mensuração subsequente, conforme orientações contábeis no IFRS 9/ CPC 48.

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são resumidos como segue:

		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	2019	2019	2019	2019
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	152.465	152.465	575.863	575.863
Equivalentes de caixa	Valor justo	797.502	797.502	1.506.082	1.506.082
Aplicações financeiras	Valor justo	182.696	182.696	217.792	217.792
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	5.583.816	5.583.816		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.383.264	1.383.264	6.334.526	6.334.526
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	3.499	3.499	426	426
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo			40.689	40.689
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 31)	Valor justo	1.474.699	1.474.699	1.474.699	1.474.699
Dividendos a receber (Nota 31)	Custo amortizado	2.435.014	2.435.014	2.435.014	2.435.014

		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	2019	2019	2019	2019
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.960.453	1.960.453	8.887.367	8.887.367
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.152	1.152	1.152	1.152
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.060.582	2.060.582	8.354.777	8.354.777
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	783.404	783.404		
Debêntures públicas	Custo amortizado	2.344.962	2.344.962	3.652.353	3.652.353
“ <i>Senior Notes</i> ”	Custo amortizado	6.219.619	6.565.782	6.219.619	6.565.782
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	4.761	4.761	5.731	5.731
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			58.582	58.582
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	263.684	263.684	417.503	417.503
Arrendamentos a pagar (iv)	Custo amortizado	656.359	656.359	8.150.026	8.150.026

		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	2018	2018	2018	2018
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	152.454	152.454	287.491	287.491
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.516.605	1.516.605	4.097.838	4.097.838
Aplicações financeiras	Valor justo	195.639	195.639	238.962	238.962
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.196.680	1.196.680		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.193.687	1.193.687	6.516.555	6.516.555
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 31)	Valor justo	1.843.778	1.843.778	1.843.778	1.843.778
Dividendos a receber (Nota 31)	Custo amortizado	2.566.935	2.566.935	2.566.935	2.566.935

		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	2018	2018	2018	2018
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	2.244.382	2.244.382	8.818.870	8.818.870
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.759.635	1.759.635	7.140.960	7.140.960
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	377.184	377.184		
Debêntures públicas	Custo amortizado	1.992.339	1.992.339	3.103.106	3.103.106
“ <i>Senior Notes</i> ”	Custo amortizado	6.205.840	6.937.764	6.205.840	6.937.764
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.075	5.075	6.168	6.168
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	22.925	22.925	85.619	85.619
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	353.496	353.496	553.206	553.206

Para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

(i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Os saldos de fornecedores, sujeitos a recuperação judicial, foram ajustados a valor justo, na data da novação dos passivos e estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas (Nota 18).

(ii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com o BNDES, Bancos Locais e ECAs correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Os saldos de empréstimos e financiamentos relacionados aos “*Bonds*” emitidos no mercado internacional, para os quais existe mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar e programa de refinanciamento fiscal estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

(iv) Os arrendamentos a pagar estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas, ajustadas a valor presente.

O nivelamento dos ativos financeiros caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são detalhados abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Hierarquia do valor justo	2019	2018	2019	2018

Ativos					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	152.465	152.454	575.863	287.491
Equivalentes de caixa	Nível 2	797.502	1.516.605	1.506.082	4.097.838
Aplicações financeiras	Nível 2	182.696	195.639	217.792	238.962
Ativo financeiro mantido para venda	Nível 3	1.474.699	1.843.778	1.474.699	1.843.778

Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	1.152		1.152	

Não ocorreram transferências entre níveis nos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América e, em menor parte, em Euros.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetuou uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(b) Ativos mantidos para venda

Representa a participação indireta detida pela PT Ventures nos dividendos a receber e no valor justo do investimento financeiro na Unilel, ambos classificados como ativos mantidos para venda. Os ativos provenientes do investimento detido na PT Ventures estão avaliados substancialmente pelo valor justo de realização do investimento por venda, ocorrida em 23 de janeiro. Para mais informações vide Notas 31 e 33.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tais instrumentos incluem contratos de “*Non Deliverable Forward*” (NDF). A Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros contratados ao longo do ano foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício.

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O processo de gestão de riscos na Companhia é realizado em três níveis, considerando sua estrutura consolidada: estratégica, tática e operacional. Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acordo com o Conselho de Administração, Diretrizes de Risco a serem seguidas. Cabe a um Comitê de Gestão Riscos Financeiros supervisionar o enquadramento da Oi às Políticas. No nível operacional, o gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros se reúne mensalmente e atualmente é composto pelo Diretor de Finanças, Diretor de Regulação, Atacado e Assuntos Internacionais, Diretor Jurídico Tributário, Diretor de Controladoria, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Tesouraria.

As Políticas de “*Hedge*” e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

Após a aprovação do PRJ, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de “*Hedge*”, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos “*covenants*” financeiros.

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 52,3% (2018 – 53,6%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, foram contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras para parte dos pagamentos de juros em moeda estrangeira feitos em 2019. A Companhia contratou proteção para 67% do total do serviço da dívida em Dólares em 2019 através de operações de proteção na modalidade contrato a termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Ao final de dezembro de 2019, cerca de 32% do serviço de dívida em Dólares para 2020 estavam hedgeados através de caixa em dólares (“*hedge*” natural). Adicionalmente, a Companhia contratou operações de “*hedge*” para parcela das despesas operacionais da Companhia denominadas em Dólar.

O percentual de cobertura cambial para efeito de “*covenants*” o resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados, em que há que se considerar os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo, é de 50,1%. Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo para os valores da Controladora):

	Controladora			
	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo

Caixa e contas bancárias	108.160	108.160	39.779	39.779
Equivalentes de caixa			153.428	153.428
Créditos com partes relacionadas	5.583.816	5.583.816	11.960.680	11.960.680
Ativos mantidos para venda				
Ativo financeiro mantido para venda	1.474.699	1.474.699	1.843.778	1.843.778
Dividendos a receber	2.435.014	2.435.014	2.566.935	2.566.935

Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	7.683.578	7.683.578	7.131.350	7.863.274
Instrumentos financeiros derivativos	1.152	1.152		

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo

Caixa e contas bancárias	400.874	400.874	70.116	70.116
Equivalentes de caixa	1.096	1.096	154.514	154.514
Ativos mantidos para venda				
Ativo financeiro mantido para venda	1.474.699	1.474.699	1.843.778	1.843.778
Dividendos a receber	2.435.014	2.435.014	2.566.935	2.566.935

Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	9.521.291	9.521.291	8.816.766	9.548.690
Instrumentos financeiros derivativos	1.152	1.152		

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

(vii) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão de juros sobre dívidas incluídas no PRJ no montante de R\$ 3.115 milhões, e despesas de juros sobre dívidas e debentures novadas, no montante de R\$ 167 milhões, no consolidado.

(viii) Em 2018, inclui R\$ 1.157 milhões de ajuste do valor justo de empréstimos com partes relacionadas, na controladora.

(ix) São considerados nessa rubrica os juros relativos ao ajuste a valor presente associados aos passivos de contratos onerosos e fornecedores sujeitos à RJ.

(x) Em 2019, inclui impacto proveniente da revisão da metodologia de cálculo da estimativa da provisão das contingências trabalhistas e da cível, suportado pela avaliação de risco de perda dos assessores legais da Companhia. (xi) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os juros sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	797	(24.557)	(77.060)	115.706
Tributos diferidos (Nota 10)	(12.085)	2.610.352	69.041	3.159.241
Total	(11.288)	2.585.795	(8.019)	3.274.947

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (Prejuízo) antes das tributações IRPJ e CSLL	(8.989.146)	22.005.345	(9.087.088)	21.340.608
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	3.056.310	(7.481.817)	3.089.610	(7.255.807)
Equivalência patrimonial	(2.097.732)	(1.031.582)	(1.759)	(4.587)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(22)			
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	37	62	1.263	3.068
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(38.419)	8.351.671	(312.512)	13.285.260
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii)	(931.462)	2.747.461	(2.474.232)	(2.757.044)
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (iv)			(310.389)	4.057

Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado **(11.288)** **2.585.795** **(8.019)** **3.274.947**

(i) Refere-se, basicamente, ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(ii) Em 2019, os efeitos tributários de adições permanentes estão representados, principalmente, pela apropriação do ajuste a valor justo dos passivos reestruturados incluídos no PRJ. Em 2018, os principais efeitos tributários de exclusões permanentes são oriundos do reconhecimento da reestruturação dos passivos incluídos no PRJ.

(iii) Refere-se a reversão (provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10).

(iv) Referem-se, a efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e contas bancárias	152.465	152.454	575.863	287.491
Equivalentes de caixa	797.502	1.516.605	1.506.082	4.097.838
Total	949.967	1.669.059	2.081.945	4.385.329

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Operações compromissadas	619.892	868.834	1.192.708	2.742.731
CDB – Certificado de Depósito Bancário	90.427	127.685	173.854	301.632
Títulos privados	84.467	364.014	134.818	895.073
"Time Deposits"		153.428	1.096	154.514
Outros	2.716	2.644	3.606	3.888
Equivalentes de caixa	797.502	1.516.605	1.506.082	4.097.838

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Títulos privados	167.084	180.159	196.203	213.653
Títulos públicos	15.612	15.480	21.589	25.309
Total	182.696	195.639	217.792	238.962
Circulante	177.869	190.779	183.850	201.975
Não circulante	4.827	4.860	33.942	36.987

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

9. CONTAS A RECEBER

	Controladora¹		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Serviços faturados	1.348.859	1.014.798	5.910.643	5.699.817
Serviços a faturar	401.008	453.985	842.726	984.062
Aparelhos, acessórios e outros ativos	95.354	115.632	354.928	619.821
Subtotal	1.845.221	1.584.415	7.108.297	7.303.700
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(461.957)	(390.728)	(773.771)	(787.145)
Total	1.383.264	1.193.687	6.334.526	6.516.555

¹ Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 29.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	1.617.990	1.259.070	5.118.874	5.167.408
Vencidas até 60 dias	114.255	177.222	527.459	672.673
Vencidas de 61 a 90 dias	17.282	29.906	104.694	131.798
Vencidas de 91 a 120 dias	12.066	26.078	99.299	132.562
Vencidas de 121 a 150 dias	12.004	19.840	83.083	104.628
Vencidas acima de 150 dias	71.624	72.299	1.174.888	1.094.631
Total	1.845.221	1.584.415	7.108.297	7.303.700

As movimentações nas perdas esperadas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 01/01/2018			(330.845)	(547.485)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes			(99.629)	(843.681)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis			162.221	976.998
Adoção CPC 48/IFRS 9 (*)			(122.475)	(372.977)
Saldo em 2018			(390.728)	(787.145)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes			(116.676)	(488.269)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis			45.447	501.643
Saldo em 2019			(461.957)	(773.771)

(*) Impacto do reconhecimento inicial, em 1 de janeiro de 2018, do CPC 48/IFRS 9 em contrapartida a Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido.

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Ativo		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	13.215	72.936	209.513	287.472
CS a recuperar (i)	3	4.349	81.215	91.996
IR/RFCS – Impostos retidos na fonte (ii)	61.506	69.141	251.998	241.778
Total circulante	74.724	146.426	542.726	621.246

Tributos diferidos a recuperar

IR e CS sobre diferenças temporárias ¹

Total não circulante			99.175	23.050
			99.175	23.050

	Passivo		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar		705	54.358	216.28
CS a pagar		258	12.296	5.398
Total circulante		963	66.654	270.26

Tributos diferidos a recolher

IR e CS sobre diferenças temporárias ¹

Total não circulante			12.085	
			12.085	

¹ Vide quadro de movimentação abaixo

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	Saldo em 2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2019
Tributos diferidos ativos com relação a: Diferenças temporárias				
Provisões	736.907	(396.466)		340.441
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	20.369	101.436		121.805
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	(14.762)	(3.341)	4.846	(13.257)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	173.766	545		174.311
Participação nos lucros	18.115	(962)		17.153
Variações cambiais	732.978	210.077		943.055
Agio incorporado (i)	1.690.507	(278.759)		1.411.748
Outras adições e exclusões temporárias	212.929	14.841	2.557	230.327
Obrigação onerosa	417.123	13.641		430.764
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	3.987.932	(338.988)	7.403	3.656.347
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.125.910	286.241	25.095	4.437.246
Total de tributos diferidos ativos	8.113.842	(52.747)	32.498	8.093.593

	Controladora			
	Saldo em 2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2019
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.150.343)	972.125		(1.178.218)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(5.963.499)	(931.463)	(32.498)	(6.927.460)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)		(12.085)		(12.085)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributos diferidos ativos com relação a: Diferenças temporárias				
Provisões	736.907	(396.466)		340.441
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	20.369	101.436		121.805
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	(14.762)	(3.341)	4.846	(13.257)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	173.766	545		174.311
Participação nos lucros	18.115	(962)		17.153
Variações cambiais	732.978	210.077		943.055
Agio incorporado (i)	1.690.507	(278.759)		1.411.748
Outras adições e exclusões temporárias	212.929	14.841	2.557	230.327
Obrigação onerosa	417.123	13.641		430.764
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	3.987.932	(338.988)	7.403	3.656.347
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.125.910	286.241	25.095	4.437.246
Total de tributos diferidos ativos	8.113.842	(52.747)	32.498	8.093.593

	Controladora			
	Saldo em 2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2019
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.150.343)	972.125		(1.178.218)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(5.963.499)	(931.463)	(32.498)	(6.927.460)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)		(12.085)		(12.085)

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2019
Tributos diferidos ativos com relação a: Diferenças temporárias				
Provisões	1.244.246	(68.999)		1.175.247
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	29.555	134.999		164.554
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	(14.095)	(3.341)	3.331	(14.105)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	748.827	(46.407)		432.420
Participação nos lucros	49.504	(13.185)		81.319
Variações cambiais	1.403.193	333.740		1.736.933
Agio incorporado (i)	1.690.508	(278.759)		1.411.749
Outras adições e exclusões temporárias	177.085	773.610	2.557	953.252
Obrigação onerosa	1.527.924	449.900		1.977.824
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	6.631.747	1.281.558	5.888	7.919.193
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	13.703.529	1.033.425	25.095	38 14.762.087
Total de tributos diferidos ativos	20.335.276	2.314.983	30.983	38 22.681.280

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2019
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.532.682)	235.338		(2.297.344)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(17.779.544)	(2.474.234)	(30.983)	(20.284.761)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)		23.050	99.175	38 99.175

² As despesas de tributos diferidos da Nota 6 incluem R\$ 7046 de tributos diferidos das operações no exterior classificados como ativos mantidos para venda.

(i) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício

fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. ("TmarPart") e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.

(ii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart.

(iii) A Companhia, com base no demonstrativo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de



Oi S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

17. INTANGÍVEL	Controladora				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 01/01/2018	12.773	2.524.469	14.477.394	527.620	17.542.256
Adições	2.270			11.655	13.925
Transferências	(2.387)	2.001		386	
Saldo em 2018	12.656	2.526.470	14.477.394	538.661	17.556.181
Adições	5.392	70.294		36	5.428
Transferências	(5.559)	70.764		(64.735)	
Saldo em 2019	12.489	2.596.764	14.477.394	479.962	17.561.609
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2018		(2.472.465)	(8.473.474)	(457.396)	(11.403.335)
Despesas de amortização		(38.320)	(750.737)	(1.991)	(791.048)
Despesa de perdas com imparidade (vide Nota 5 (iii))				(291.758)	
Saldo em 2018		(2.510.785)	(9.515.969)	(459.387)	(12.486.141)
Despesas de amortização		(33.412)	(624.616)	(2.047)	(660.075)
Despesa de perdas com imparidade (vide Nota 5 (iii))				(2.111.022)	
Saldo em 2019		(2.544.197)	(12.251.607)	(461.434)	(15.257.238)
Intangível líquido					
Saldo em 2018	12.656	15.685	4.961.425	80.274	5.070.400
Saldo em 2019	12.489	152.567	2.225.787	13.528	2.304.371
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

	Consolidado				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 01/01/2018	17.047	8.743.013	18.602.742	1.812.090	29.174.892
Adições	263.305	4.524		73.471	341.300
Baixas	(14)				(14)
Transferências	(253.143)	234.157		18.986	
Saldo em 2018	27.195	8.981.694	18.602.742	1.904.547	29.516.178
Adições	369.695	8.402		44.248	422.345
Transferências	(384.526)	410.487		(25.961)	
Saldo em 2019	12.364	9.400.583	18.602.742	1.922.834	29.938.523
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2018		(7.673.193)	(11.559.717)	(1.591.297)	(20.824.207)
Despesas de amortização		(443.268)	(900.366)	(108.139)	(1.451.767)
Despesa de perdas com imparidade (vide Nota 5 (iii))				(291.758)	
Saldo em 2018		(8.116.461)	(12.751.835)	(1.699.436)	(22.567.732)
Despesas de amortização		(381.874)	(772.179)	(107.851)	(1.261.904)
Transferências		8		(8)	
Despesa de perdas com imparidade (vide Nota 5 (iii))			(2.111.022)		
Saldo em 2019		(8.498.327)	(15.635.036)	(1.807.295)	(25.940.658)
Intangível líquido					
Saldo em 2018	27.195	865.233	5.850.907	205.111	6.948.446
Saldo em 2019	12.364	902.256	2.967.706	115.539	3.997.865
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ANATEL (*)	2.340.556	2.209.199	7.572.101	7.147.137
Serviços	734.669	1.030.308	3.423.011	3.397.413
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	500.272	685.303	2.607.888	2.861.712
Aluguel de postes e direito de passagem	79.102	83.553	118.966	191.723
Outros	24.656	50.106	289.508	647.856
Ajuste a valor justo	(1.718.802)	(1.814.087)	(5.124.107)	(5.426.971)
Total	1.960.453	2.244.382	8.887.367	8.818.870
Circulante	1.025.052	1.301.537	5.593.940	5.225.862
Não circulante	935.401	942.845	3.293.427	3.593.008
Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial	1.172.006	1.013.342	4.093.058	3.794.610
Fornecedores não sujeitos à Recuperação Judicial	788.447	1.231.040	4.794.309	5.024.260
Total	1.960.453	2.244.382	8.887.367	8.818.870

(*) Refere-se a créditos concursais da Agência Reguladora de gestão da Advocacia Geral da União - AGU a ser liquidado nos termos do PRJ (vide Nota 24).

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivos				
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	1.152		1.152	
Total	1.152		1.152	
Circulante	1.152		1.152	

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento contratual	
	2019	2018	2019	2018	Principal	Juros
“Senior Notes” moeda estrangeira	6.980.817	7.068.263	6.980.817	7.068.263	Jul/2025	Semestral
					Ago/2023 a Fev/2035	
Debêntures públicas	4.565.236	4.358.366	7.110.737	6.788.519		Semestral
Instituições financeiras						
Moeda nacional						
BNDES	1.009.982	925.271	3.947.137	3.616.074	Mar/2024 a Fev/2033	Mensal
Outros	599.115	545.485	2.071.129	1.905.786	Jan/2020 a Fev/2035	Mensal e Semestral
Moeda estrangeira	957.642	904.553	6.725.591	6.353.322	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
					Ago/2024 a Fev/2030	
Financiamento multilateral moeda estrangeira	360.161	326.376	360.161	326.376		Semestral
Oletra Geral						
Moeda nacional	151.989	151.989	207.035	207.035	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única
Moeda estrangeira	1.086.900	1.048.285	4.239.168	4.125.317	Fev/2038 a Fev/2042	
Mútuos e Debêntures com controladas (Nota 29)	18.086.767	18.610.408				
Subtotal	34.800.609	33.938.996	31.641.855	30.390.692		
Custo de transação incorrido	(12.307)	(10.629)	(13.911)	(12.126)		
Ajuste a valor justo (*)	(23.379.735)	(23.593.369)	(13.401.195)	(13.928.660)		
Total	11.408.567	10.334.998	18.226.749	16.449.906		
Circulante	319.569	660.172	326.388	672.894		
Não circulante	11.088.998	9.674.826	17.900.361	15.777.012		



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(a) Capital social
Em AGE realizada em 17 de setembro de 2018, foi aprovado o Aumento de Capital – Capitalização de Créditos, no valor de R\$ 10.600.097 com a emissão de 1.514.299 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O valor justo das ações emitidas foi de R\$ 11.613.980.
Em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares, tendo sido emitidas 115.914 novas ações ordinárias. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019 foram cancelados.
Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o aumento de capital previsto no PRJ (Aumento de Capital - Novos Recursos), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, além de emissão de 272.148.705 novas ações ordinárias de colocação privada destinadas aos Investidores “Backstoppers”, e emissão de 275.985 novas ações ordinárias relativas a entrega de Bônus de Subscrição, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O aumento de capital atribuído ao capital social e reservas de capital foi de R\$ 500.466 e R\$ 3.837.009, respectivamente (Nota 1). O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (2018 - R\$ 32.038.471), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2019	2018
Capital total em ações		
Ações ordinárias	5.796.478	2.298.247
Ações preferenciais	157.727	157.727
Total	5.954.205	2.455.974
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	30	32.030
Ações preferenciais	1.812	1.812
Total	1.842	33.842
Ações em circulação		
Ações ordinárias	5.796.448	2.266.217
Ações preferenciais	155.915	155.915
Total em circulação	5.952.363	2.422.132

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 9.000.434. Consoante a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o prejuízo do exercício foi, integralmente, absorvido pelas reservas de capital.
A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 38.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, no montante de R\$ 24.591.140, para absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

(b) Ações em tesouraria
Em 27 de julho de 2018, a Companhia entregou 116.251.405 ações ordinárias, anteriormente detidas pela PTIF, para os “Bondholders” Qualificados, como parte da reestruturação dos “Bonds” qualificados. O valor justo relativo à conversão das “Senior Notes” liquidadas com entrega de ações em tesouraria foi de R\$ 773.072. As ações em tesouraria entregues foram baixadas em contrapartida de reservas de capital, no montante de R\$ 2.278.842.
Em fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria, por meio de operações em mercado organizado de bolsa, a um custo total de R\$ 2.572, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigação assumida pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à acionista Bratel, subsidiária integral da Pharol, no contexto do acordo celebrado com as duas sociedades (Nota 1).

Em abril de 2019, em face da homologação do acordo firmado entre a Oi e Pharol, foram entregues à Bratel 32.000.000 ações ordinárias e 1.800.000 ações preferenciais totalizando 33.800.000 ações conforme previsto no acordo firmado entre as partes (Nota 1).
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém a totalidade de suas ações preferenciais em tesouraria dadas em garantia em processos judiciais.

	Ações ordinárias (*)	Ações preferenciais (*)
Saldo em 01/01/2018	148.282	1.812
Entrega de ações em tesouraria	(116.252)	
Saldo em 2018	32.030	1.812
Recompra de ações		1.800
Entrega de ações em tesouraria	(32.000)	(1.800)
Saldo em 2019	30	1.812

(*) Quantidade em milhares de ações

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2019		2018	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	1.812	31	1.812	32.030
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	1,23	0,86	1,26	1,25
Valor de mercado	2.229	27	2.283	40.039

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem à recompra:

	2019	2018
Saldo contábil das reservas de capital	3.906.771	11.532.995
Ações em tesouraria	(33.315)	(2.803.250)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	3.873.456	8.729.745

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas, principalmente, pelas reservas descritas abaixo e em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999. **Outras reservas de capital:** representado, principalmente por: (i) R\$ 1.933.200 proveniente de capitalização de reservas de lucros em fevereiro de 2015; (ii) R\$ 3.837.009 relativos ao aumento de capital com novos recursos, conforme mencionado nesta nota no item (a), e R\$ 2.462.799 relativos a absorção de reservas de capital, devido a entrega de ações em tesouraria à Bratel, por força do acordo celebrado, conforme mencionado nesta nota no item (b).

(d) Outros resultados abrangentes

Para fins de apresentação no formulário Empresas.Net da CVM, foram incluídos em outros resultados abrangentes e são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 01/01/2018	(100.441)	(377.429)	(141.871)	(619.711)
Ganho atuarial, líquido de impostos	69.640		69.640	
Variação cambial sobre investimento no exterior	(35.717)		(35.717)	
Saldo em 2018	(66.488)	(377.429)	(141.871)	(585.788)
Custo na emissão de ações		(423.644)	(423.644)	
Perda de contabilidade de “hedge”	(1.152)		(1.152)	
Perda atuarial, líquida de impostos	(9.795)		(9.795)	
Variação cambial sobre investimento no exterior	(13.734)		(13.734)	
Saldo em 2019	(91.169)	(801.073)	(141.871)	(1.034.113)

(e) Custo de emissão de ações

Conforme mencionado no item (a) desta nota, nos termos do contrato de compromisso com os “Backstoppers”, a Companhia emitiu 272.148.705 novas ações ordinárias, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, a um custo de R\$ 337.644, registrado em custo de emissão de ações em contrapartida ao aumento de capital, acrescidos de R\$ 86.180 relativos a gastos incorridos no processo da emissão.

(f) Lucro por ação básico e diluído

Em 16 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.530.457.356 ações ordinárias aos titulares de direitos de subscrição. Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 91.080.933 ações ordinárias aos titulares de direitos de subscrição que solicitaram subscrições por excesso de ações ordinárias. Em 25 de janeiro de 2019, 1.604.268.162 Novas Ações Ordinárias foram subscritas e integralizadas. A conclusão do processo de Aumento de Capital, mediante a subscrição e pagamento de todas as 3.225.806.451 Novas Ações Ordinárias emitidas como parte do Aumento de Capital - Novos Fundos, representou uma contribuição de novos recursos para a Companhia no total de R\$ 4.000.000.000,00. Essa transação gerou impacto no lucro por ação, uma vez que os acionistas foram diluídos.
Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os mesmos.

Básico
O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.
Diluído
O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluídas.
A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2019	2018
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(9.000.434)	24.591.140
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(8.764.803)	22.036.074
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(235.631)	2.555.066
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.788.447	1.344.686
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,51)	16,39
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,51)	16,39

As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2019.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel e BrT Multimídia	FATL
TelemarPrev	Oi, Telemar e Oi Móvel	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	Telemar e Oi	SISTEL
PBS-Telemar	Telemar	FATL
PBS-TNC	Oi Móvel	FATL
CELPREV	Oi Móvel	FATL
PAMA	Oi e Telemar	SISTEL

SISTEL – Fundação Sistel de Seguridade Social
FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social
A Companhia, para efeitos de fundos de pensão ao ser referida nesta nota, também poderá estar denominada “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVUE Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuidade da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.
Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para planos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivos atuariais				
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	626.748	574.725	626.748	574.725
Plano PAMEC	6.264	4.397	6.264	4.397
Total	633.012	579.122	633.012	579.122
Não circulante	633.012	579.122	633.012	579.122

(i) A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Com a aprovação e homologação do PRJ, o respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos novos termos do PRJ.

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos atuariais				
Plano TCSPREV	55.854	68.619	56.559	68.934
Plano CELPREV			222	199
Plano PBS-TNC			3.264	
Total	55.854	68.619	60.045	69.133
Circulante	5.174	4.366	5.430	4.880
Não circulante	50.680	64.253	54.615	64.253

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional da Participação é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0028-38.

Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o Plano de Benefícios TCSPREV incorporou o Plano de Benefícios BrTPREV (CNBP nº 2002.0017-74), tornando-se sucessor universal dos direitos e obrigações deste Plano, assumindo todos os seus ativos e passivos. A citada incorporação foi aprovada pela Portaria PREVIC nº 995, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 208 em 29 de outubro de 2018.

Com o reconhecimento e registro da incorporação, os Participantes e Beneficiários vinculados ao BrTPREV tornam-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do TCSPREV, respeitando-se as categorias dos Beneficiários no dia anterior à data da incorporação.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória dos Participantes Ativos do TCSPREV e BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade e escolha do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

A Contribuição mensal dos Participantes do Plano Fundador/Alternativo, anteriormente incorporado pelo BrTPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a Participantes do TCSPREV e BrTPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano.

Para os participantes migrados do Plano PBS-TCS para o Plano TCSPREV, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

A Contribuição Voluntária de Participantes do TCSPREV e BrTPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22%, em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação.

A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, conforme o Plano TCSPREV ou BrTPREV, desde que não inferior a uma UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV) ou a uma UPBrT (Unidade Previdenciária BrT), respectivamente. Não há contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) PBS-TNC

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0013-19.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão, e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio.

A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(v) CELPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNBP sob o nº 2004.0009-29.

Em 12 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 22 publicada no Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 2018, a PREVIC aprovou o novo texto do Regulamento do Plano, contemplando o fechamento da massa de participantes do CELPREV, sendo vedada novas adesões.

A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença).

A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidades de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com igual valor.

A Contribuição Voluntária de Participante corresponderá ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição.

A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, efetuada em frequência por ela determinada.

A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18 de março de 2004.

A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou semelhantes da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2019, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

Em dezembro de 2019, foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a destinação de reserva especial do Plano de Benefícios PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e melhoria de benefícios, na forma de renda temporária, aos assistidos. O valor total da participação da Companhia no superávit do PBS-A, corresponde a R\$ 669.054 (R\$ 140.274 na controladora), a ser recebido em 36 parcelas mensais, corrigidas pela rentabilidade do plano, cujo reconhecimento contábil se dará ao longo do recebimento das parcelas, com efeito em outros resultados abrangentes, conforme requerimento do IAS 19/ CPC 33.

(ii) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido, administrados pela SISTEL.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de “contribuição definida” (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a SISTEL é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida.

Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a SISTEL transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 2.127 milhões estavam relacionados aos planos patrocinados pela Companhia, rateados de forma proporcional a parcela das obrigações do benefício definido. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Principais premissas atuariais adotadas

	CONSOLIDADO							
	PLANOS DE PENSAO				PLANOS DE ASSISTENCIA MEDICA			
	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,64%	7,64%
Taxa estimada de inflação	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,00%	4,00%	Por patrocinadora	N/A	8,82%	7,53%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,64%	7,64%
	AT-2000 Basic suavizada em 15%	AT-2000 Basic suavizada em 20%	AT-2000 Basic suavizada em 20%	AT-2000 Basic suavizada em 15%	AT-2000 Basic suavizada em 15%	AT-2000 Basic suavizada em 15%	AT-2000 Basic suavizada em 15%	AT-2000 Basic suavizada em 15%
Tábua biométrica de mortalidade geral	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo	segregada por 20% segregada por sexo
Taxa de rotatividade	4,80%	N/A	Salário	N/A	N/A	2%	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	6,91%	6,91%

N/A = Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2019

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2019.
b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL e para o plano PAMEC são de 31 de julho de 2019, e para SISTEL é de 30 de junho de 2019, ambos projetados para 31 de dezembro de 2019.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMA
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	0,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	0,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	0,00%	10,00%	10,00%	0,00%
Imóveis	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	0,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	3,00%	15,00%	15,00%	0,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMA
Renda fixa	86,06%	90,57%	92,46%	95,10%	85,61%	88,20%	100,00%
Renda variável	1,63%	0,34%	0,96%	0,00%	0,48%	3,17%	0,00%
Investimentos estruturados	10,85%	7,84%	5,04%	0,00%	13,71%	7,25%	0,00%
Investimentos no exterior	0,21%	0,00%	0,11%	0,00%	0,00%	0,50%	0,00%
Imóveis	0,83%	0,90%	0,76%	4,10%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos a participantes	0,42%	0,35%	0,67%	0,80%	0,20%	0,88%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos resultados com base nas estimativas de cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 59.989 (2018 – R\$ 64.021) na controladora e R\$ 247.178 (2018 – R\$ 265.753) no consolidado.

(c) Remuneração baseada em ações

Um plano de incentivos de longo prazo baseado em ações para os Executivos e para o Conselho de Administração (Plano de Outorga de Ações da Diretoria e Plano de Outorga de Ações do Conselho de Administração) foi submetido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019.

Não obstante, à luz da manifestação do Ministério Público e de decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 24 de abril de 2019 acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, o Conselho de Administração da Oi decidiu e comunicou à Assembleia Geral Extraordinária que os mesmos somente seriam implementados após nova decisão do referido Juízo autorizando sua implementação.

A partir de 17 de dezembro de 2019, com o Acórdão proferido pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RJ no âmbito de Agravo de Instrumento nº 0035453-90.2019.8.19.0000, interposto pelo Ministério Público, foi mantida a decisão de que o Plano de Outorga de Ações, relativamente aos membros do Conselho de Administração, não deve ser implementado até o encerramento da recuperação judicial, e foi autorizada a implementação do referido Plano de Outorga de Ações aos Executivos da Companhia.

Em cumprimento à essa decisão acima mencionada, a Companhia implementou em dezembro de 2019 o novo Plano de Outorga de Ações para a Diretoria, seguindo todas as regras e condições aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019.

Plano de outorga de ações a executivos

O plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Executivos, visando promover alto engajamento e comprometimento para garantir a realização das metas estratégicas em conformidade aos interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

O plano prevê outorgas de ações anuais ao longo de três anos, representativas de, no máximo, 1,5% das ações do Capital Social da Companhia.

A quantidade de ações por outorga é calculada individualmente com objetivo de manter a competitividade dos executivos em relação ao desempenho de suas funções e serão entregues aos mesmos, desde que a condição de performance do plano seja atingida.

As informações utilizadas na avaliação do plano de outorga de ações a executivos são apresentadas a seguir:

Data da Outorga	Percentual de diluição das ações	Número de ações outorgadas	Parcelas de aquisição do direito ("vesting")	Datas de aquisição do direito ("vesting")	Valor médio da ação na outorga	Valor justo estimado na data da aquisição do direito ("vesting")
			1/3	30/12/2020		
30/12/2019	0,57%	33.704.937	1/3	30/12/2021	0,95	34.406
			1/3	30/12/2022		

O valor justo da outorga de ações será apurado com base no período de aquisição de direito e reconhecido à medida que os serviços forem prestados. O valor justo estimado na data da aquisição do direito foi mensurado considerando o valor das ações outorgadas em 30 de dezembro de 2019, corrigido pelo custo médio ponderado de capital de 10,98%, estimado para o período de três anos do programa, trazido a valor presente pelo custo de oportunidade do período de 14,67%, que corresponde ao valor justo da ação.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às seguintes empresas: Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefônicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefônicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefônicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	2019	2018
Residencial	7.264.262	8.401.599
Mobilidade pessoal	7.017.311	7.250.462
Empresarial / Corporativo	5.527.817	5.980.807
Outros serviços e negócios	140.004	226.985
Receita de vendas e/ou serviços	19.949.394	21.859.853
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(6.804.870)	(5.740.079)
Interconexão	(484.061)	(653.867)
Pessoal	(2.487.632)	(2.554.375)
Serviços de terceiros	(5.957.763)	(5.833.570)
Serviços de manutenção de rede	(1.012.857)	(1.102.809)
Custo de aparelhos e outros	(159.442)	(185.436)
Publicidade e propaganda	(494.348)	(379.676)
Aluguéis e seguros	(2.517.245)	(4.194.133)
Provisões / Reversões	(216.438)	(202.122)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(488.269)	(689.735)
Perdas com imparidade	(2.111.022)	(291.758)
Tributos e outras despesas	(18.396)	(201.296)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.974)	(5.016.358)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	(2.863.923)	(5.185.363)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	2.659.074	30.850.746
Despesas financeiras	(8.452.638)	(4.339.053)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(8.657.487)	21.326.330
Imposto de renda e contribuição social	57.174	3.270.890
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(8.600.313)	24.597.220

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	2019	2018
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	19.949.394	21.859.853
Receitas relativas a outros negócios	186.789	200.161
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	20.136.183	22.060.014
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(2.863.923)	(5.185.363)
Outros negócios	(113.447)	(82.895)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)	(2.977.370)	(5.268.258)

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

	2019				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	67.294.245	53.525.978	38.910.834	3.997.865	7.396.983
Outros, principalmente África	4.597.577	569.338	84.122	21.327	28.530

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	Controladora	
	2019	2018
Ativo		
Contas a receber	726.812	342.103
BrT Call Center	45.870	38.610
BrT Multimídia	18.036	46.447
Oi Móvel	499.755	180.531
Telemar	163.151	75.924
Serede		591
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	5.583.816	11.960.680
PTIF (i)	3.461.853	7.555.189
Oi Holanda (i)	1.764.575	4.066.221
PT Participações	357.388	339.270
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	3.499	
Oi Serviços Financeiros	2.147	
Rio Alto	1.352	
Outros	164.220	524.928
Telemar	56.697	110.593
Oi Móvel	24.889	148.058
Oi Holanda	15.144	47.602
PTIF	420	209.184
CVTEL	112	
Serede	66.632	9.442
Dommo		49
Paggo Administradora	326	
(i) Vide informações na Nota 15 - item (ii).		

	Controladora	
	2019	2018
Passivo		
Fornecedores	324.066	386.350
BrT Call Center	48.889	43.723
BrT Multimídia	58.410	136.963
Oi Móvel	137.150	111.745
Telemar	57.733	12.879
Paggo Administradora	21.811	25.370
Serede	73	55.670
Empréstimos e debêntures (ii)	783.404	377.184
Telemar	39.525	19.161
Oi Holanda	743.879	358.023
Demais obrigações	64.656	112.834
BrT Call Center	193	396
BrT Multimídia		13.539
Oi Móvel	1.442	31.095
Telemar	43.940	58.844
Dommo		7
Rio Alto	975	975
Oi Investimentos	9.592	7.978
PT Participações	8.514	
(ii) A Companhia contrata mútuos e debêntures com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas.		

	Controladora	
	2019	2018
Receitas		
Receita dos serviços prestados	47.300	69.881
Oi Internet		133
BrT Multimídia	555	552
Oi Móvel	34.361	40.254
Telemar	11.740	28.392
Serede	644	544
Rede Conecta		6
Outras receitas operacionais	41.921	61.588
BrT Multimídia	3.958	13.778
Oi Móvel	37.956	38.716
BrT Call Center		2.621
Serede	7	6.473
Receitas financeiras	1.338.509	20.026.653
Oi Móvel	9.020	2.449
Telemar	3.285	1.033.569
Serede		10.821
Rede Conecta		4.914
BrT Multimídia		25.549
BrT Call Center		6.339
Oi Holanda	758.200	18.029.792
PTIF	549.886	842.586
PT Participações	18.118	70.634

	Controladora	
	2019	2018
2019	(923.885)	(922.295)
BrT Multimídia	(4.006)	(4.890)
Oi Móvel	(39.666)	(68.192)
Telemar	(12.760)	(26.327)
Paggo Administradora	(3.018)	(4.192)
BrT Call Center	(505.333)	(450.349)
Serede	(359.102)	(368.345)
Despesas financeiras	(946.339)	(1.857.517)
Oi Móvel		751.262
Telemar	(34.521)	(335.727)
Serede	(4.260)	(3.594)
BrT Call Center	(1.801)	(1.448)
BrT Multimídia	(7.241)	(5.323)
Oi Holanda	(875.706)	(1.707.395)
PTIF	(22.602)	(557.120)
Oi Internet		20
PT Participações	(208)	1.808

Linhas de créditos

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2018 – 115% do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos "intercompany" em Reais para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras.

As linhas de crédito "intercompany" vigentes em 31 de dezembro de 2019 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos "intercompany" não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a Oi Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias.

Garantias

A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber e outros ativos			7.216	6.359
Hisparar			426	
Outras entidades			6.790	6.359
Contas a pagar e outros passivos			74.254	74.210
Hisparar	706	915	71.841	66.704
Outras entidades			2.413	7.506

	2019	2018	2019	2018
Receita				
Receita dos serviços prestados			380	347
Outras entidades			380	347
Outras receitas			502	
Hispamar			502	
Receita financeira			430	430
Outras entidades			430	430
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(4.441)	(4.041)	(226.031)	(236.087)
Hispamar	(4.441)	(4.041)	(203.426)	(203.271)
Outras entidades			(22.605)	(28.816)
Despesa financeira	(3)	(3)	(257)	(167)
Hispamar	(3)	(3)	(245)	(158)
Outras entidades			(12)	(9)
Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades				
Remuneração de pessoal-chave da Administração				

contidas na investigação, considerando a legislação aplicável de combate a corrupção e/ou atos ilegais; (iv) avaliação pela diretoria de “*compliance*” se eventuais fraquezas materiais no ambiente de controles internos no período abrangido nas investigações remanessem no atual cenário de governança e controles internos da Companhia; (v) reuniões periódicas para avaliação do status das avaliações a serem realizadas; (vi) apresentação do resultado de todas as avaliações a serem realizadas aos membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (“CARC”), ligado ao Conselho de Administração da Companhia. Neste contexto, em fevereiro de 2020, o escritório de advocacia especializado concluiu sua investigação independente interna. Com base em entrevistas, informações e documentos apresentados pela administração da Companhia, bem como pela existência de limitações inerentes dado o período de abrangência da referida investigação (2003 a 2019), não foram identificados indicativos de ilegalidades praticadas pela Companhia, no âmbito das alegações contidas na Investigação do MPF e PF, “Operação Mapa da Mina”. O referido relatório de uso interno foi amplamente discutido e apresentado aos membros do Comitê Multidisciplinar, bem como aos membros do CARC.

d) Incorporação da Copart 5 pela Companhia

Em março de 2019, foi realizada a incorporação da Copart 5 pela Companhia. A incorporação não trouxe impactos contábeis, pois os ativos e passivos da Copart 5 já eram apresentados nos saldos da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora. Essa incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial do Grupo Oi descritos no PRJ e, tem como objetivo a otimização das operações.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Alienação de investimento na PT Ventures

Após as devidas aprovações pelo Conselho de Administração da Companhia, pelos órgãos societários competentes da Africatel e pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Africatel alienou e transferiu, em 24 de janeiro de 2020, a integralidade das ações de emissão da PT Ventures à sociedade angolana Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública – Sonangol E.P., conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial e no Plano Estratégico da Companhia (Nota 31 (b)).

A PT Ventures era titular, na data da transação, das participações sociais detidas nas companhias angolanas Unitel (25%) e Multitel – Serviços de Telecomunicações Lda, (40%), bem como de direitos de crédito de dividendos declarados pela Unitel e já vencidos e de um conjunto de direitos decorrentes da decisão final proferida pelo Tribunal Arbitral constituído segundo as Normas de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (“ICC”), no âmbito da arbitragem iniciada pela PT Ventures na ICC contra os demais acionistas da Unitel, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 28 de fevereiro de 2019.

O valor total da transação foi de US\$ 1 bilhão, dos quais: (i) US\$ 699,1 milhões foram pagos à Africatel pela Sonangol no dia 24 de janeiro de 2020; (ii) US\$ 60,9 milhões foram pagos à Africatel antes da transferência das ações da PT

Ventures; e (iii) US\$ 240 milhões, integralmente garantidos por carta de fiança emitida por banco de primeira linha, serão pagos incondicionalmente pela Sonangol à Africatel até 31 de julho de 2020, sendo assegurado à Africatel um fluxo mínimo mensal de US\$ 40 milhões, a partir de fevereiro de 2020. A Companhia reitera que o fluxo assegurado contratualmente, foi devidamente cumprido nos meses de fevereiro e março de 2020 pela Sonangol.

Os ativos provenientes do investimento detido na PT Ventures estão avaliados substancialmente pelo valor justo de realização do investimento por venda.

b) Compromisso de alienação de imóvel

Conforme divulgado ao mercado em 30 de janeiro e 26 de fevereiro de 2020, a Companhia vendeu imóvel de sua propriedade localizado na Rua General Polidoro nº 99, Botofofo, na cidade do Rio de Janeiro, à Alianza Gestão de Recursos Ltda., pelo valor de R\$ 120,5 milhões, no dia 21 de fevereiro de 2020, dando continuidade a seu projeto de venda de ativos “*non-core*”, em linha com o previsto em seu Plano de Recuperação Judicial e em seu Plano Estratégico (Nota 31 (b)).

A operação foi autorizada pelo Juízo da Recuperação Judicial, após a manifestação favorável do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial. Da mesma forma, a ANATEL confirmou a desvinculação do Imóvel da Relação de Bens Reversíveis da Companhia.

c) Manifestação de terceiros no negócio Móvel da Companhia

Em 10 de março de 2020, a Companhia por meio de fato relevante, divulgou ao mercado em geral que seu assessor financeiro, Bank of América Merrill Lynch (“BoFA”), recebeu manifestações de terceiros interessados no negócio móvel da Companhia. Até o momento, contudo, não há qualquer compromisso da Companhia ou de quaisquer destes terceiros para a efetivação de tal alienação, nem tampouco foi celebrado qualquer instrumento vinculante a respeito. Embora possa haver futuramente uma evolução nas análises para um potencial processo formal de negociação, a Companhia segue analisando todas as alternativas existentes que possam dar mais eficiência à realização do seu Plano Estratégico.

d) COVID-19

A Companhia, considerando a sua responsabilidade corporativa, adotou uma série de procedimentos objetivando aprimorar a segurança de todos os seus colaboradores e fornecedores, e visando a mitigação dos impactos do alastramento do vírus em suas atividades. Reuniões presenciais foram drasticamente reduzidas e eventos internos, cancelados. O trabalho remoto foi altamente estimulado, assim como interações por áudio e vídeo.

Adicionalmente, a Companhia vem acompanhando atentamente os impactos do novo Coronavírus (COVID-19) sobre a atividade econômica e os mercados de capitais mundiais e, em especial, sobre o mercado brasileiro. Além das questões básicas humanitárias e de saúde da população mundial, o avanço do COVID-19 se traduz em aumento contínuo dos riscos de uma recessão econômica global, o que tem levado a uma deterioração das bolsas e demais mercados financeiros em todo mundo. Como reflexo, o Ibovespa registrou queda de 37% no mês de março (entre 2 de

março de 2020 e 20 de março de 2020). Acompanhando esse movimento sistêmico, neste mesmo período as ações da Oi apresentaram uma desvalorização de 50%. Apesar dos efeitos de curto prazo já serem evidentes, não é possível precisar a extensão dos impactos de médio e longo prazos nos mercados e no cenário econômico mundial e brasileiro. Neste contexto, a Companhia vem contribuindo com os governos na mitigação dos riscos do COVID-19 e o impacto de sua evolução. Dessa forma, a Oi adotou medidas em várias esferas para garantir a conectividade e qualidade dos serviços de informação e comunicação oferecidos à sociedade. Todas as ações estão sendo reavaliadas diariamente por um comitê de acompanhamento multidisciplinar da Companhia, assim como alinhadas com as demais empresas do setor e o órgão regulador, em ação integrada que possibilite amplo alcance.

No que tange suas operações, a Companhia não identificou, até o momento, impactos materiais relacionados ao COVID-19. A Oi continua operando normalmente, com pleno funcionamento de seus serviços e implementação de seu plano estratégico, com foco em Fibra. Para garantir as prioridades técnicas e operacionais, a Oi reforçou os plantões de implantação, reparo e manutenção de serviços e está acompanhando todas as atividades do seu negócio e atendimento aos clientes e demandas da sociedade de seu centro de operações (CGR). A empresa segue trabalhando nas instalações de banda larga Oi Fibra, que nesse momento são muito procuradas e críticas para facilitar a comunicação. A Companhia está tomando todas as medidas preventivas de proteção de suas equipes técnicas e orientando os profissionais quanto aos procedimentos de higienização, inclusive nas atividades realizadas em visita a clientes, conforme orientações das autoridades sanitárias. No entanto, como a extensão da duração e efeitos desta crise não são conhecidos, existe risco de impactos relevantes nas operações e nas vendas, em especial da Fibra, produto em que a Companhia tem tido grande crescimento e que tem permitido a retomada de “*market share*” em diversos mercados. Cabe ressaltar que a volatilidade recente no câmbio não terá efeito relevante no fluxo de caixa da Companhia no curto prazo, uma vez que parte dos recursos financeiros decorrentes da venda da Unitel está sendo mantido no exterior para servir de proteção natural para o serviço da dívida e despesas operacionais indexadas ao Dólar relativas ao ano de 2020. Entretanto, o impacto sobre o câmbio, se prolongado, pode ter efeitos sobre a capacidade de investimento da Companhia, impactando por consequência, o plano de investimentos de longo prazo. Adicionalmente, esse período de estresse, se prolongado, pode ainda determinar escassez de recursos providos pelo mercado financeiro (bancos e investidores) com impacto na capacidade de a Companhia financiar suas necessidades de investimento.

A evolução do surto continua, o que dificulta a previsão da extensão dos seus efeitos na economia global, e, consequentemente, sobre o negócio da Companhia. Neste contexto, a Oi avalia continuamente os impactos em suas operações e situação financeira e, principalmente, segue pronta para colaborar com a mitigação dos efeitos desta crise, sempre atenta à proteção de seus colaboradores e às necessidades de seus clientes e da sociedade como um todo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Eleazar de Carvalho Filho (Presidente) Marcos Grodzitzky (Vice-Presidente) Henrique José Fernandes Luz José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha Marcos Bastos Rocha Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana Paulino do Rego Barros Junior Roger Solé Ratols Wallim Cruz de Vasconcellos Junior Claudia Quintella Woods	Rodrigo Modesto de Abreu – Diretor Presidente Camille Loyo Faria – Diretora de Finanças e Relações com Investidores Antônio Reinaldo Rabelo Filho – Diretor Jurídico Bernardo Kos Winik – Diretor José Claudio Moreira Gonçalves – Diretor	EFETIVOS Raphael Manhães Martins Pedro Wagner Pereira Coelho Alvaro Bandeira Daniela Maluf Pfeiffer SUPLENTEs Domenica Eisenstein Patrícia Valente Sterli William da Cruz Leal Luiz Fernando Nogueira
CONTADOR Marcelo Antônio Leal Gomes CRC-RJ 083.182	DIRETOR DE CONTABILIDADE E ARRECADAÇÃO David Tavares Neves Nunes CRC-RJ 069.013	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial examinou as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da BDO RCS Auditores Independentes e fundamentado na emissão do Relatório de Auditoria Externa, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2020.

Pedro Wagner Pereira Coelho
(Presidente)

Alvaro Bandeira

Daniela Maluf Pfeiffer

Raphael Manhães Martins

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Oi S.A. – Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial** (“**Companhia**”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Nos nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram, entre outros aspectos: (i) cumprimento dos requerimentos previstos no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) e na Lei nº11.101/2005; (ii) sucesso na implementação do novo plano estratégico apresentado ao mercado em julho de 2019; (iii) reversão dos prejuízos acumulados consolidados que, em 31 de dezembro de 2019, totalizaram o montante de R\$17.727.954 mil; e (iv) atendimento de cláusulas restritivas de empréstimos e financiamentos (*covenants*). Em 06 de março de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o pedido da Companhia para a realização de Nova Assembleia Geral de Credores (AGC) para deliberação de adiamento ao PRJ para flexibilização de determinadas condições financeiras e operacionais e para extensão do prazo da recuperação judicial, que se encerraria em 4 de fevereiro de 2020. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperabilidade de ativos de longa duração

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas possuem registrados como ativo intangível, nas demonstrações contábeis consolidadas, o montante de R\$ 3.997.865 mil referente, substancialmente, a combinação de negócios realizadas em anos anteriores. A Companhia realizou a teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre quando há indicativos de que o valor contábil pode não ser recuperável. O referido teste foi elaborado com base no novo plano estratégico divulgado em junho de 2019 e nas projeções de fluxo de caixa futuro. As premissas utilizadas estão apresentadas na nota explicativa nº2(b), as quais envolvem julgamento significativo para determinadas condições de negócio que fundamentam os resultados futuros de suas operações, como também considera o sucesso na execução do novo plano estratégico como um todo. Como resultado do referido teste de redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis, a Companhia reconheceu uma perda com redução ao valor recuperável (“*impairment*”), no intangível, no montante de R\$2.111.022 mil, conforme descrito na Nota Explicativa nº17. Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas e nas condições de mercado que a Companhia atua podem gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Aplicação de teste de controles internos relevantes referente ao ciclo de avaliação da recuperabilidade de ativos;
- Revisão das premissas utilizadas na mensuração do valor em uso apurado com base no plano estratégico aprovado pelo Conselho de Administração e divulgado em junho de 2019, com o envolvimento dos nossos especialistas, com relação às taxas de crescimento de longo prazo aplicadas nas projeções futuras, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital à Companhia e a comparação com as projeções de fluxo de caixa do plano estratégico;
- Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento de perda com imparidade do saldo de intangível, no ativo não circulante;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis.

Provisão para contingências

Conforme descrito na Nota Explicativa nº24, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas trabalhista, tributária e cível, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza tributária e cível em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$31.537.624 mil e R\$4.421.882 mil, respectivamente, sendo que R\$1.050.948 mil e R\$2.149.700 mil, respectivamente, estão provisionados, referentes aos processos com provável saída de recursos, conforme avaliação realizada pela administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos.

Considerando a relevância dos valores envolvidos, do ambiente legal, regulatório e do julgamento crítico referente à probabilidade de perda destacada nas discussões em andamento, qualquer mudança de prognóstico, evolução da jurisprudence e/ou julgamento pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Por esses aspectos, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação dessas contingências como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Reavaliação do ambiente de controles internos, incluindo o envolvimento dos nossos especialistas em Tecnologia da Informação, que estejam relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes;
- Avaliação da metodologia, premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações, para reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências nas demonstrações contábeis;
- Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos tributários, visando confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis;
- Envolvimento dos nossos especialistas tributários para avaliar a natureza, fundamentações e/ou teses de defesa, e eventuais alterações de prognósticos de perda para determinados processos tributários relevantes, que envolvam julgamento complexo e subjetividade nas avaliações, bem como obtenção de opinião legal, por meio da administração, de especialistas tributários para determinados processos com mudança de estimativa de perda relevante no exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- Obtenção de carta de confirmação externa, por amostragem, junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos civis e trabalhistas com grande volume, para confirmar a existência dos processos;
- Aplicação de teste, por meio de amostragem, para avaliação da base dos processos com grande volume, cuja mensuração dos processos é realizada pelo sistema interno da Companhia;
- Avaliação da adoção inicial da Interpretação IPCC 22/ IFRIC 23 com relação aos aspectos tributários ligados a tributos sobre o lucro, que contemplou: (i) reuniões com a administração para avaliar suas conclusões sobre eventuais impactos na adoção da referida interpretação, incluindo avaliação legal de assessor jurídico externo da Companhia; (ii) entendimento dos controles internos para identificação e monitoramento de tratamentos fiscais incertos; (iii) critérios adotados para reconhecimento e mensuração de passivo tributário, se aplicável;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia na Nota Explicativa nº24.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para contingências, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº24, por estarem consistentes com os controles internos e com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis, as receitas de vendas e/ou serviços reconhecidas pela Companhia e suas controladas totalizaram o montante de R\$20.136.183 mil em 31 de dezembro de 2019.

O reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas é complexo e altamente dependente de sua estrutura de tecnologia da informação, que envolve o uso de múltiplos sistemas complexos para processar, reconhecer e mensurar um grande volume de transações, decorrentes de suas operações de vendas e/ou prestação de serviços de telecomunicações, nas demonstrações contábeis.

Neste contexto, a receita de serviços é reconhecida no período de competência que incorre, conforme os ciclos de fechamento mensais da Companhia, antes do evento de faturamento ao cliente e classificada no grupo contábil de “serviços a futuro”, nas contas a receber, conforme descrito na Nota Explicativa nº9, cujo montante é determinado com base nos cálculos de apuração da estimativa da receita a faturar no próximo ciclo de fechamento mensal.

Devido à complexidade no processo de reconhecimento de receita, incluindo a dependência significativa da estrutura de tecnologia da informação, e a existência de risco de distorção relevante na estimativa do cálculo de receita a faturar, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Avaliação e teste de controles internos relevantes relacionados ao ciclo de reconhecimento de receita, contemplando: (i) avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os sistemas relevantes na geração de informação para o processo de faturamento; (ii) aplicação de teste de controles internos relevantes ligados com a segurança da informação, gestão de acessos, rotinas, privilégios, segregação de perfis e gestão de mudanças de softwares com impacto nas demonstrações contábeis; (iii) teste de integridade dos lançamentos contábeis relacionados ao ciclo de receita; (iv) teste de “*reperformance*” de ligações de telefonia móvel e fixa (“*running test*”);
- Aplicação de teste documental, por meio de amostragem, para as receitas de vendas e serviços faturados, analisando a referida documentação suporte que evidencia a existência da transação;
- Revisão do cálculo da estimativa de receita a faturar reconhecida em 31 de dezembro de 2019, bem como a avaliação da razoabilidade da referida estimativa, que inclui a comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente, após o encerramento do exercício de 2019;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia em Nota Explicativa.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis as estimativas adotadas pela Administração no ciclo de reconhecimento de receita e as divulgações realizadas em Nota Explicativa, considerando os controles internos mantidos pela Administração e pela consistência das informações refletidas nas demonstrações contábeis.

Créditos tributários federais originados de processos judiciais transitados em julgado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a Companhia e suas controladas reconheceram, ao longo do exercício de 2019, créditos tributários federais no montante de cerca de R\$ 3 bilhões no balanço patrimonial consolidado, relacionados a processos judiciais que transitaram em julgado, nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro), proferindo decisões favoráveis e definitivas que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins para os períodos abrangidos nos referidos processos judiciais.

Os referidos créditos tributários foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal, concedendo o direito à Companhia e suas controladas de procederem, desde junho de 2019, a quitação de débitos de tributos federais correntes.

Dada a complexidade do assunto, o julgamento significativo relacionado ao período de reconhecimento, critério adotado pela Administração para mensuração dos valores a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis e ao prazo estimado de realização, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação desses créditos tributários federais como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Análise da documentação legal, com o envolvimento dos nossos especialistas, com relação aos processos judiciais transitados em julgado;
- Discussões com a Administração da Companhia para avaliar suas conclusões sobre o adequado momento de reconhecimento dos créditos tributários após a obtenção das decisões favoráveis em trânsito em julgado, bem como os valores envolvidos;
- Entendimento e avaliação das premissas relevantes adotadas pela Companhia para mensuração dos créditos tributários reconhecidos nas demonstrações contábeis;
- Avaliação dos cálculos elaborados pela Companhia, com o envolvimento dos nossos especialistas, para mensurar os valores dos referidos créditos tributários e as atualizações monetárias incidentes, considerando o período de origem dos processos judiciais;
- Avaliação da projeção estimada pela administração da Companhia para segregação dos créditos tributários entre curto e longo prazo para fins de apresentação nas demonstrações contábeis;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia na Nota Explicativa nº11.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e as premissas adotados pela Administração no reconhecimento e mensuração dos créditos tributários federais, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº11, por fornecerem uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis.

Adoção inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – Leases)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2(d.1), a Companhia e suas controladas adotaram o CPC 06(R2) – Arrendamentos, equivalente a norma internacional *IFRS 16 – Leases* (“CPC06(R2)/IFRS16”), aplicando a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da implementação inicial reconhecido na data da aplicação. Em 1º de janeiro de 2019, a adoção inicial desta norma resultou no reconhecimento, no balanço patrimonial consolidado, de ativos de direito de uso, no ativo não circulante, e passivo de arrendamento, no passivo circulante e não circulante, no montante de R\$ 8.167.932 mil.

A Administração da Companhia concluiu a avaliação sobre os impactos dessa nova norma em suas demonstrações contábeis, que envolveu:

- (i) análise detalhada do volume significativo de contratos de arrendamento, com maior foco na natureza das transações inerentes ao setor de telecomunicações; (ii) adaptações de sistemas de informação e controles internos; (iii) estimativa do prazo do arrendamento, definindo um período não cancelável e os períodos cobertos por opções de prorrogar o prazo do arrendamento, quando esse período depender apenas da Companhia; (iv) determinação dos componentes de arrendamento e de não arrendamento dos contratos; (v) uso de julgamento significativo na definição das premissas-chave no cálculo da taxa de desconto, que foi baseada na taxa de juros incremental do período do contrato.

Devida a complexidade do assunto, ao volume significativo de contratos, alto grau de julgamento inerente ao processo de mensuração, principalmente à taxa de desconto, consideramos a adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 nas demonstrações contábeis como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Entendimento dos controles internos relevantes para: (i) identificação e monitoramento dos contratos de arrendamento; (ii) captura das informações-chave dos referidos contratos;
- Avaliação das premissas relevantes e julgamentos significativos da Administração da Companhia, com o envolvimento de nossos especialistas, para determinação das taxas de descontos, além de assegurar a conformidade com a norma;
- Aplicação de teste documental, por meio de amostragem, sobre a base de contratos definidos como arrendamentos, para avaliar a integridade dos dados utilizados pela Companhia na mensuração dos referidos contratos, quando comparados aos contratos originais, bem como avaliação e recálculo dos contratos selecionados;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre as despesas de alugueis reconhecidas nas demonstrações contábeis, para avaliar a existência de contratos que não estão sendo considerados como arrendamentos;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia em Nota Explicativa.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis as principais premissas, estimativas e julgamentos adotados pela Administração no processo de reconhecimento e mensuração dos contratos de arrendamento, bem como as referidas divulgações em Nota Explicativa, por fornecerem uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. Adicionalmente, como resultado da avaliação dos controles internos relevantes, a Companhia, até a data de término da nossa auditoria, não apresentou os testes da administração sobre os referidos controles internos desenhados e implementados até 31 de dezembro de 2019. Este aspecto alterou nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e apropriadas de auditoria referente aos contratos de arrendamento, por não termos conseguido concluir sobre a efetividade operacional dos referidos controles internos.

Investigações legais no âmbito da Operação Mapa da Mina

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 32(c), em 10 de dezembro de 2019, a Polícia Federal (“PF”) realizou buscas e apreensões na sede da Companhia e suas controladas, com mandado ajuizado a partir de evidências obtidas na 24ª fase da operação Lava Jato. Pelo contexto, iniciou-se processo investigativo conduzido pela Polícia Federal (“PF”) e pelo Ministério Público Federal (“MPF”), relativos à 6ª fase da Lava-Jato denominado “Operação Mapa da Mina”, cujo objetivo da investigação é apurar, dentre outros, supostos repasses financeiros realizados pela Companhia e suas controladas às empresas do Grupo Goi Mobile e à GameCorp, ambas ligadas, segundo o MPF e a PF, a agentes públicos.

Em resposta às alegações da referida investigação envolvendo a Companhia e suas controladas, a administração da Companhia determinou a realização de certos procedimentos de avaliação, conduzido por um Comitê Multidisciplinar formado por membros da diretoria, reportando diretamente ao Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (“CARC”).

Dentre as avaliações realizadas, foi contratado um escritório de advocacia renomado, especializado e independente em relação à Companhia e suas controladas para conduzir uma investigação interna sobre alegações contidas nas investigações do MPF e PF, onde concluiu, em fevereiro de 2020, que não foram identificados indicativos de ilegalidades praticadas pela Companhia e suas controladas, no âmbito das alegações contidas na Investigação do MPF e PF.

Em virtude de supostas práticas de atos ilegais (fraude) pela Companhia, das incertezas inerentes às investigações ainda em andamento pelo MPF e PF e de potenciais efeitos de reconhecimento, mensuração e divulgação sobre as demonstrações contábeis acerca dos fatos relacionados à Companhia e suas controladas, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Revisão (“*shadowing*”), com o envolvimento dos nossos especialistas, da investigação independente interna conduzida por escritório de advocacia especializado e independente, considerando a metodologia aplicada e a abrangência das avaliações;
- Avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas, dos relatórios elaborados pelos assessores jurídicos externos da Companhia, sobre eventuais impactos legais e regulatórios no âmbito brasileiro e americano, referente a todas as alegações contidas na investigação em andamento pelo do MPF e PF, incluindo as conclusões da investigação independente interna do escritório de advocacia especializado;
- Reuniões com o Comitê Multidisciplinar, escritório de advocacia especializado e assessores jurídicos externos para discutir o resultado da investigação independente interna e avaliar eventuais impactos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas demonstrações contábeis, se aplicável, no contexto da investigação “Operação Mapa da Mina”;
- Aplicação de teste de controles internos relevantes sobre o ciclo de contratação de fornecedores de bens e serviços;
- Aplicação de teste documental sobre determinadas transações relevantes ao contexto da investigação, por amostragem, inspecionando a documentação suporte correspondente;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia em Nota Explicativa.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis a metodologia de investigação independente interna realizada por escritório de advocacia especializado, contratado pela administração da Companhia, que não identificou indicativos que pudessem comprovar que a Companhia praticou ilegalidades, no contexto da investigação conduzida pelo MPF e PF, conforme refletido na divulgação das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.